



Ata da 150ª Reunião Plenária Ordinária

Dia: **19/06/2013** - quarta-feira às **09h00min** horas

Local: Parque Ibirapuera – Escola Municipal de Astrofísica (próximo ao Planetário)

Avenida Pedro Álvares Cabral, s/n - Portão 10.

PAUTA

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 149ª Reunião Plenária Ordinária.
2. Posse do senhor **José Francisco de Almeida Neto**, como conselheiro titular, representante da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSP.
3. Posse do senhor **Aloísio Barbosa Pinheiro**, como conselheiro suplente, representante da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSP.
4. Posse da senhora **Fátima Cristina Faria Palmieri**, como conselheira titular, representante da União Geral dos Trabalhadores - UGT.
5. Posse do senhor **Samuel de Oliveira**, como conselheiro titular, representante da Secretaria Municipal de Serviços – SES.
6. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Exposição sobre **solicitação de revisão da tipificação de conduta para supressão de vegetação**, pelo Sr. Luiz Fernando Romano Devico, Diretor do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental da SVMA.
2. Exposição sobre “**Programa Córrego Limpo**”, pelo Engenheiro Jairo Tardelli Filho, Gerente do Departamento de Planejamento Integrado da Diretoria Metropolitana – SABESP.
3. Sugestões para inclusão na pauta das próximas reuniões.

Anexos:

- Ata da 149ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

Ricardo Teixeira

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES



Secretário Ricardo Teixeira: Bom dia. Vamos procurar os seus assentos. São todos numerados. É fácil achar o local. Bom dia a todas. Bom dia a todos. Obrigado pela presença. Reunião de número 150 do CADES – Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Nós temos uma pauta longa no dia de hoje, mas o vereador Gilberto Natalini pediu a esse presidente para que dê a palavra, logo no início, para ele, porque ele tem um problema grave, para ajudar a resolver. Bom dia, vereador.

Cons. Gilberto Natalini: Bom dia, Secretário Teixeira. Eu queria cumprimentar a todos, e eu vim aqui por dever de ofício, mas nós temos, daqui a pouquinho, uma reunião com as lideranças desse movimento Passe Livre e alguns vereadores, e mais algumas pessoas, para a gente tentar discutir uma fórmula de resolver, ou pelo menos, diminuir o problema que está acontecendo. Como é uma coisa muito grave, e a cidade está sofrendo com a questão, eu vou pedir licença para me retirar com a anuência dos meus colegas conselheiros, porque infelizmente... E eu tenho um suplente aqui, presidente, que era o Vereador Chagas, que virou deputado federal. Estou insistindo muito com a mesa da Câmara, para indicar o meu suplente. Então, muito obrigado pela compreensão.

Secretário Ricardo Teixeira: Obrigado Gilberto Natalini. Bom dia, bom trabalho, e sucesso lá, nessa sua empreitada. Trabalhos abertos, eu passo a palavra para o nosso coordenador geral Luis Eduardo Peres Damasceno.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom dia a todos os Conselheiros, Conselheiras e demais. Vamos dar início à pauta, e primeiro item, é a discussão e votação da ata 149 da reunião plenária ordinária. Alguma consideração? Solicito, por favor, que se puderem desligar os celulares, para a gente não ter interferência, eu agradeço. Não tendo, passaremos para o segundo item. Aprovada a ata da reunião. Posse do senhor José Francisco de Almeida Neto como Conselheiro Titular, representante da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras. Meus parabéns. Posse Aloísio Barbosa Pinheiro, como Conselheiro Suplente, representante da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras. Bem-vindo. Posse à senhora Fátima Cristina Faria Palmieri, como Conselheira Titular, representante da União Geral de Trabalhadores. Seja bem-vinda. Posse a todos, passaremos para quinto item. Sugestões para inclusão de pauta desta reunião. Algum dos Conselheiros tem algum assunto para... Dona Maria Cristina, por gentileza, da OAB.

Cons. Maria Cristina: A inscrição da doutora Flávia Franjeto, para falar sobre a questão da resolução que determina a multa com relação ao corte de árvores.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Acatado. E vai ser na ordem do dia. A primeira exposição, doutor Luiz Fernando vai fazer a exposição, e depois a palavra à senhora.

Cons. Maria Cristina: E dando a palavra à doutora Flávia. Obrigada.

Cons. Abel: Sugestão de pauta: a AVEPEMA vem solicitar, junto com os outros companheiros, que estamos na 5ª Conferência Municipal do Meio Ambiente, solicitar um projeto de uma verba sobre o CONFEMA, para essa Conferência, está certo?

Cons. Luiz Ferrua: Luiz Ferrua, SAJAPE. Gostaria que fosse inclusa na reunião de hoje, que é pertinente, comentário sobre o Decreto 52.889, de 8 de maio de 2013, que regulamenta os TCAs. Esse decreto implicou em substanciais modificações, principalmente no pagamento dos TCAs, e nós gostaríamos de explicações a respeito dele. O que realmente ele trouxe de mal ou de bom para nós.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Certo. Anotado. Mais alguma? Passaremos à ordem do dia. Primeiro item: exposição sobre solicitação de revisão da tipificação da conduta para supressão



da vegetação, pelo doutor Luiz Fernando Devico, diretor do Departamento de Controle de Qualidade Ambiental da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Luiz Fernando Devico: Bom dia a todos. Meu nome é Luiz Fernando. Sou diretor do DECONT. Foi-nos solicitado esclarecimentos com relação aos procedimentos e à legislação que o DECONT aplica para a autuação, no caso de infrações com relação a elementos arbóreos. Então, a gente vai colocar o nosso embasamento legal atual, a lei federal 9.605, de 12/2/98, com seu artigo 70, que considera infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras judiciais de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente. O decreto federal 6.514, no artigo 72, destruir, inutilizar ou deteriorar bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, ou multa de R\$10.000,00 a R\$ 500.000,00. Esse é o teto mínimo, R\$10.000,00, teto máximo, R\$ 500.000,00. E a lei municipal 10365 de 22/9/87, no seu artigo 1º, para efeitos desta lei, considera-se como bem de interesse comum a todos os municípios, a vegetação de porte arbóreo existente, ou que venha a existir no território do município, tanto de domínio público, como privado. Então, é a grande questão que muitas vezes acontece, as pessoas entendem ou não entendem que a própria árvore dentro do seu quintal, dentro do seu terreno, também faz parte desse patrimônio. E muitas vezes, isso acaba gerando algum tipo de conflito. O artigo 9º da mesma lei, a supressão da vegetação de porte arbóreo, excluídas as hipóteses dos artigos 5º, 6º e 7º desta lei, em propriedade pública ou privada, ficam subordinadas a autorização por escrito do administrador regional competente, ouvido o engenheiro agrônomo responsável. No caso, o decreto municipal 42.833, que a fiscalização será exercida pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, por intermédio do servidor público municipal ocupante do cargo de agente de controle ambiental. Isso era antigamente. Hoje foi alterado do ACA para o EMA. Mas a gente está fazendo um descritivo histórico da legislação, só para deixar claro aqui. O artigo 8º que versa: considera-se infração ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, contida nas leis, regulamentos e normas federais do estado e do município, bem como as exigências técnicas delas decorrentes, constantes das licenças ambientais. O decreto 30.443 de 20/09/89 considera, em seu artigo 1º, ficam consideradas patrimônio ambiental os exemplares arbóreos classificados e descritos no documento. Vegetação significativa do município de São Paulo, que faz parte integrante do presente decreto encontrando-se, o seu exemplar, depositado e registrado na sessão de documentação da Secretaria do Meio Ambiente. Artigo 18, o corte, em caráter excepcional e devidamente justificado dos exemplares arbóreos citados nesse decreto dependerá de prévio exame da Secretaria do Meio Ambiente, a qual emitirá o parecer pertinente, considerada a legislação ambiental vigente. É importante salientar aqui, que essa ação, ela é complementar à da subprefeitura. Ou seja, existem casos onde a vegetação a ser removida, quando pertencer a esta vegetação significativa, além da autorização da Secretaria de Subprefeituras, há necessidade de avaliação prévia da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. E isso, muitas vezes, também é outro problema que existe dentro da própria... no dia a dia, a gente vê dificuldades de compreensão disso. Então é importante salientar que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, neste caso, precisa autorizar previamente a remoção. Não apenas a subprefeitura. Artigo 19: Os proprietários dos imóveis onde estejam localizados os exemplares arbóreos mencionados nesse decreto ficam responsáveis por sua conservação, devendo tomar as medidas pertinentes, inclusive comunicando à Secretaria do Meio Ambiente sobre quaisquer ocorrências que possam comprometer a integridade dos referidos exemplares arbóreos. Ou seja, caiu um raio, derrubou a árvore, tem um problema, ou de doença, ou que está com algum problema, há necessidade de se formalizar, até para evitar, posteriormente, uma fiscalização. O que ocorre, e também é bom ressaltar, a Secretaria do Verde, através da área de fiscalização, ela só vai autuar quando mediante a denúncia formulada e aberta em processo administrativo. Então muitas vezes, e o que a gente percebe, é que os vizinhos daquele morador é que fazem a denúncia, ou de poda drástica ou de remoção. E isso normalmente, às vezes acontece, já aconteceram casos, um caminhão bateu e arrancou parte da copa da árvore. O vizinho não viu a situação. Viu derrubado, denuncia o outro vizinho, e a Secretaria somente, o que que ela faz? Ela atesta o dano. Ela atesta que houve a remoção etc. Então, são situações que é importante a gente estabelecer porque isso, muitas



vezes, por falta de informação, acaba gerando alguns conflitos. Lei 14.902/2009 dispõe sobre as infrações administrativas de provocação de danos em vegetação de porte arbóreo, pela colocação de adereços, enfeites, placas e similares, e, por consequência, de danos em animais vertebrados da fauna silvestre. Essa é outra lei que também causa bastante polêmica. Provocação de ferimento ou dano à vegetação de porte arbóreo, em razão de colocação de adereços. E quando a gente fala adereço, pode ser até luz de natal. Enfeites, placas e similares, afixados por objetos como pregos, grampos, arames, cintas inadequadas, fios e similares, fica expressamente proibida no território do município de São Paulo. Muita gente desconhece isso. Muita gente, e o valor da autuação é exatamente o mesmo: R\$ 10.000,00. Ou seja, isso acaba, também, por desconhecimento, gerando bastante dúvida, e bastante questionamentos. Resolução CADES 124, de 18/09/2008, no seu artigo 1º: as infrações ambientais cometidas contra exemplares arbóreos, independente de autorização para poda, serão enquadradas nos termos do inciso 1º do artigo 72 do decreto federal 6.514 de 22/07/2008, sem prejuízo das demais sanções e penalidades nesse decreto. Aqui cabe ressaltar o seguinte: dentro da lei federal, o artigo que lida e que trabalha com flora, é o 56, e tem a sua tipificação. Quando se usa o artigo 72, na verdade, o que está se colocando é que, quando há um dano à vegetação arbórea, a gente está considerando como um dano ao patrimônio e não só a questão de dano à flora. E por isso que o valor da autuação é majorada para R\$ 10.000,00, porque se enquadra na atual resolução, nessa condição. Ou seja, a gente não aplica o artigo 56 para fazer a autuação, e sim, o 72. Esse é o questionamento inclusive, que foi feito no documento que nos foi encaminhado. Então, esse, na verdade, é o questionamento e que, dentro do próprio DECONT, nas defesas e nos recursos que nos são apresentados, é questionado justamente esta aplicação. Basicamente cabe a mim, e eu trouxe para vocês um pouco desta legislação, e de que forma que o DECONT hoje, trabalha, ou seja, ele trabalha vinculado às leis que foram estabelecidas, as normas que estão em vigor, e basicamente, a gente segue a orientação do que foi determinado junto à resolução 124 por esse CADES, por essa Comissão, e essa é a forma que hoje é feita a fiscalização da vegetação do município da cidade de São Paulo. Era isso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Algum Conselheiro tem alguma pergunta ao Luiz Fernando? Por gentileza.

Cons. Marta Amélia: Na verdade, nem é uma pergunta. Esse assunto das árvores, poda, é tão polêmico, e vendo isso agora, que veio para nós, eu acho que falta um pouco. Aqui nós temos representantes de todos os CADES, das 31 subprefeituras. Era interessante criar uma forma participativa de levar isso que você trouxe aqui até essas pontas. Para que cada um que participa desse CADES lá, seja multiplicador. Entendeu? Porque a sociedade, a comunidade do entorno, eles sabem muito pouco disso. E nós ainda, somos ruins na comunicação social. Então, sempre que vai: *"ah, porque a prefeitura está cortando a árvore, ai, porque caiu a árvore que amassou o carro..."* Então assim, a gente multiplicar isso que você fez aqui. É uma sugestão simplesmente, viu, Ricardo.

Luiz Fernando Devico: A apresentação está à disposição. Quem quiser está aqui no computador.

Cons. Marta Amélia: O assunto é muito complexo. Não é para quem quiser, não. A minha sugestão é que alguém que domina o assunto igual a você, faça, nas 31 subprefeituras, nos CADES, com a participação da sociedade.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Foi acatado pelo Secretário.

Luiz Fernando Devico: Deixa eu esclarecer aqui. Eu estou dizendo assim: se já quiser levar hoje a apresentação, para o pessoal conhecer, pode ser. Agora, o próximo passo, com relação a disseminar essa informação... a gente entende que isso é positivo, entendeu?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra, o senhor. Se identifique, por favor.



Cons. Ivo: Ivo, Leste 1. A minha colocação é a seguinte: eu venho convivendo com as situações de comunidades que me trazem o problema, eu fotografo a árvore, pego o documento da propriedade, uma cópia, para poder levar para a prefeitura e iniciar esse processo. Porém, nós temos uma questão muito séria na cidade: eu compro uma casa que já tem uma árvore na frente. As raízes estão expostas. As pessoas estão tropeçando nela, a calçada está danificada. Eu penso que a parte da burocracia, penso, é um pensamento meu que gostaria que o pleno aqui também refletisse comigo. Teria que, a prefeitura tomar essa responsabilidade de retirar essa árvore, e repor outra com estudo, pertinente àquele local. Por quê? Porque antigamente se plantava árvore aleatoriamente. Nós não tínhamos garagem. Tínhamos jardins. Hoje, não. Hoje, a preocupação da dinâmica da cidade, é garagem, é tudo que é necessário para esse momento, afastou. Nós temos ilhas de calor imenso, como eu tenho na Leste. Então, nós temos que pensar isso, mas nós temos que dividir a responsabilidade com a prefeitura. Eu fiz, já, um protocolo para RESSOCO, retirar o que ficou ali depois de extraída a árvore. E tem velhinho sujeito a cair em uma rua lá, de uma rua principal, porque está tudo ali, faz mais de ano que eu fiz um protocolo na prefeitura de Itaquera, e até então não foi atendido. O trabalho é da prefeitura. E nós temos que mudar esse critério. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Doutora Maria Cristina, com a palavra.

Cons. Maria Cristina: Parabenizo a sua exposição. Muito didática. E com relação a essa evolução histórica que deu para demonstrar que a resolução 124/2008, do nosso município, ela está em desacordo com a legislação superior. Isso, no mundo do direito, não pode ocorrer. É o que nós chamamos de inconstitucionalidade. Diante da sua exposição, dessa evolução histórica, até do conselheiro Ivo, que trouxe esse problema que gera até o próprio morador, que tem uma árvore, e diante desse conflito que há, de legislações, é oportuna a alteração dessa resolução nos ditames das legislações superiores, que é a federal, que é a lei da Política Nacional do Meio Ambiente, e demais evolução histórica que ele mesmo apresentou, eu acho oportuna essa alteração, e se for plausível, até a criação de uma Câmara Técnica para discutirmos, não somente a resolução no que tange à supressão, mas essa informação à população, como a Conselheira Marta também pontualmente trouxe, da questão da supressão. Porque tanto morador como o empreendimento está sendo penalizado. Isso pode ser juridicamente... Quando eu digo a penalização do empreendedor, é óbvio que ele vai ter que ter uma mediação no que tange a essa supressão de forma a trazer o meio ambiente (incompreensível) diante dessa supressão de vegetação. Porém, nós vemos o quê? A falta de conhecimento com relação à população. Até no que tange à poda. E nós tivemos aqui, uma apresentação sobre essa questão da poda. E acho importante isso ser apresentado de forma didática. E já coloco que eu quero a apresentação da doutora Flávia, que vai fazer uma exposição também, didática, sobre essa questão histórica, e já deixo aqui, um voto e aberto aos demais conselheiros, da alteração da resolução, e a criação de uma Câmara Técnica para discutir, não com relação a essas divergências que nós temos na legislação, mas uma forma educativa, com relação à população no que tange à supressão da vegetação. Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: A senhora passou a palavra para a doutora?

Luiz Fernando Devico: Gente, obrigado. O DECONT, dentro da Secretaria do Meio Ambiente, está à disposição. Caso tenha algum questionamento, alguma dúvida ou necessidade de algum esclarecimento com relação à legislação, nós estamos lá no 2º andar da Secretaria do Verde. Estamos à disposição. Muito obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado, Luiz Fernando.

Orador não identificado: Parabéns pela exposição, Luiz Fernando.

Flávia: Bom dia. Eu tenho a satisfação de estar aqui de novo, no CADES. Eu fui do CADES representando a OAB durante alguns anos, no início dos anos 2000. E é uma satisfação muito



grande ver o quanto o CADES cresceu, o quanto, ao longo desses anos, ele trouxe novidades, foi pioneiro em várias questões. E se vocês me permitem, hoje, eu gostaria de trazer um olhar jurídico para esta resolução. Esse olhar jurídico é um olhar jurídico ambiental, ou seja, ele está ligado a um espírito que é de tutela do meio ambiente, de proteção do meio ambiente, e que, pelo fato de a resolução fazer parte do sistema jurídico, eu sinto uma necessidade, e me coloco aqui, justamente para isso, de nós revisarmos um único aspecto que consta da revolução, porque é ele que, no meu ponto de vista, está fazendo com que a resolução não tenha a sua matéria totalmente recepcionada pelo direito. Qualquer ingresso de norma no ordenamento jurídico, ele precisa estar adequado a todas as regras que estão ali expostas. E isso significa, como premissa, cumprir, no mínimo, dois requisitos: um primeiro é obediência, observância aos princípios. Aos princípios jurídicos. Os princípios jurídicos são aqueles que dão sentido, que dão alma, que dão o conteúdo legislativo para quaisquer normas que possam advir. Até se diz que ofender um princípio é pior do que ofender a uma regra, no sentido de lei estrito senso. Porque é o princípio que dá, como eu disse, essa alma a qualquer lei, e qualquer resolução, por sua vez, que venha a ser aplicada. O outro aspecto é o aspecto em relação à competência. Em relação à competência, por óbvio, o CADES já tem. O CADES tem uma competência muito clara para tratar, no regulatório, de temas que são relevantes, que foram autorizados pelo legislador. E nessa hora, ao fazer isso, ele lida com o direito pré-existente. Ou seja, com o quadro legal que já está instituído e que forma as raízes daquilo que nós temos que fazer como comportamento adequado para efeito de uma determinada proteção de bens ambientais. Nessa linha de pensamento, eu, me deparando com a resolução, passei por observar que a resolução, ao prever que haja infração contra exemplares arbóreos, independentemente de autorização, por intermédio do que ela prescreve de enquadramento nos termos do inciso 1 do artigo 72 do decreto regulamentador da lei de crimes e infrações ambientais, a lei de crimes ambientais não é só de crimes, ela é de infrações ambientais também. Pois bem, ao fazer isso, ela comete algo que pode ser um grande problema. Qual? De incluir, dentro de uma interpretação que se faz perante as normas, um descompasso. Uma incoerência. Qual é esta incoerência? Nós temos determinadas etiquetas para determinados tipos de embalagens com os seus devidos conteúdos. Isso vale desde a constituição federal até quaisquer normas que possam existir. Na matéria em específico, e nós estamos falando do micro bem ambiental árvore e sua tutela jurídica, o legislador do âmbito federal, o estadual também, e até o próprio municipal, escolher um caminho, que era o caminho de proteger o micro bem ambiental, árvore, por meio da tutela sobre a flora. E detalhe: não sobre a tutela, sobre o ordenamento urbano, e patrimônio cultural. Essas questões, elas poderiam viver simultaneamente. Ou seja, você proteger, e podem viver simultaneamente em relação a você proteger o patrimônio cultural e ordenamento urbano, mas elas têm que estar em paralelo com a proteção, em relação aos próprios micro bens ambientais, em relação à flora. E de maneira que os objetos sejam completamente diferentes. Porque duas normas não podem tratar do mesmo objeto. Na escala do sistema federativo e democrático de direito, uma norma, ela precisa disciplinar com mais e mais detalhe, com mais e mais especificidade uma em relação à outra. E vejam bem, no caso em que a gente comenta do decreto regulamentador da lei de crimes ambientais do artigo 72, inciso 1, ao incluir, por intermédio de uma resolução essa possibilidade da árvore estar dentro do patrimônio cultural, nós esquecemos o princípio jurídico da especialidade. Porque segundo o princípio jurídico da especialidade, que é fundamental no nosso sistema jurídico, aquilo que já está previsto de uma maneira especial, tem que ser aplicado. Na ausência de uma norma especial, e vejamos bem, não é o caso da questão das árvores, porque elas estão dentro do chapéu âmbito flora, na etiqueta flora, e do patrimônio ambiental portanto, não é o que acontece. O que ocorre, é que esse patrimônio cultural, ele é outra natureza de proteção, e como eu dizia, se não houvesse previsão nenhuma a respeito de flora, aí sim, nós poderíamos aplicar uma norma geral. Mas quando nós temos uma previsão específica, nós temos que aplicá-la. Na hipótese de não existir nenhuma disciplina jurídica a respeito de um assunto ambiental, por exemplo. Há possibilidade até de se fazer analogia. Que é uma artificialização para efeito de você aplicar uma norma que não existe, em um caso em que é relevante dentro do direito, também, proteger. Mas as questões ambientais já estão muito bem internalizadas no nosso país. E claro, cada vez que há um novo espírito de legislador, seja do executivo em uma função atípica, ou seja, do próprio legislativo em uma função



de legislar, tipicamente, nós temos uma evolução daquilo que já está posto, e a necessidade de respeitar. Nesse contexto, o que ocorre? Infelizmente, ocorre que há necessidade da gente repensar a validade jurídica da própria resolução. Ela precisa ser, de alguma maneira, adequada. Sob pena de ela estar ofendendo o princípio da especialidade. Isso não convém. Mas... e na condição de ex-CADES, uma vez que eu fui Conselheira aqui no CADES, e tive até a satisfação de um tempo também, trabalhar dentro da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, sabendo da importância, da relevância do CADES, enquanto normatizador, enquanto idealizador de novas questões, vou até citar um exemplo, eu me lembro, no início dos anos 2000, que a gente tratava de assuntos que hoje, são a ordem do dia, como por exemplo, mudança do clima, como por exemplo, questão de resíduos, indicadores ambientais. Imagina, ao longo dessa década, tudo o que vocês fizeram. Vejam que a competência do CADES foi tão importante por intermédio dessa comissão que redigiu a resolução, que a ideia que ela traz, de inclusão de um patrimônio ambiental micro bem ambiental árvore, dentro do patrimônio cultural pode ser extremamente aproveitada no ordenamento jurídico. E como fazê-lo? A minha sugestão e para efeito de sugestão, é que isso seja feito pela via correta. E a via correta é por intermédio da lei. Porque significa a criação de um novo tipo infracional ambiental. Neste contexto, então, o que seria, por exemplo, interessante? Eu já vi vários esforços de representantes do CADES, de Câmaras Técnicas, por exemplo, de darem as mãos e às suas experiências, para redigirem uma minuta de projeto de lei que incluía o patrimônio natural em um contexto de um patrimônio humano. Há uma categorização do meio ambiente nessas duas órbitas de natural e humano. Sendo que aquilo que, pelo critério do natural, signifique poder sobreviver, independentemente da intervenção contínua do homem, fica na órbita do natural. E o que é humano significa que precisa de uma intervenção, de uma necessidade, por exemplo, de regar a planta que seria de um patrimônio natural, para um patrimônio humano. E o cultural, dada a inteligência do homem, está dentro do aspecto humano. É possível conversar esses dois aspectos desde que, justamente no caso de você incluir algo que seja uma manifestação natural do meio ambiente, por exemplo, uma árvore que é patrimônio natural, se dê um valor de patrimônio cultural, mas isso não pode ser por meio de uma resolução porque simplesmente, a resolução não pode inovar a ordem jurídica. Ela pode, claro, especificar, detalhar, esclarecer, tudo aquilo que seja já colocado por meio de lei. Então nesse caso, fica minha proposta de uma nova lei nesse sentido. No entanto, atualmente, na conjuntura, atualmente, onde estamos? Estamos em uma legislação municipal já, em vigor, a respeito deste assunto, uma vez que a lei 10.365 disciplinou especialmente a matéria flora. Então esta, no meu entendimento, que está em vigor e que deve ser obedecida, deve ser respeitada porque ela que trata, como dito, especialmente esta questão. Eu faço todas essas observações, colegas, com o intuito tão somente, de trazer um aspecto que é de direito, do jurídico, a título de contribuição para aqueles a quem eu entendo como meus irmãos, uma vez que tive o prazer de respirar e sentir na pele o que é um CADES. Parabéns pelo trabalho que vocês continuam ao longo desses anos todos. Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Doutora Flávia, muito obrigado pela excelente explanação. Agora poremos em votação a mudança da resolução para suprimir a 124/2008. Colocaremos em votação a mudança da resolução 124/2008.

(fala sem microfone)

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: A alteração, uma vez que já foi demonstrado que ela está contrariando o decreto. Certo? Então que eu estaria pondo em votação por esse motivo. E a formação de uma Câmara Técnica para discussão. Além disso, o que o Secretário que preside já disse que a partir de agora será marcado em todas as subprefeituras a apresentação técnica do doutor Luiz. Certo? O senhor quer falar?

Cons. André Luiz: André Luiz, SMDU. Se a Câmara Técnica, ou uma Comissão, quem for determinado, tivesse feito uma proposta de alteração da resolução... Agora, eu não estou entendendo o objeto de votação. Eu vou votar dizendo que eu preciso rever, é só isso? Ou eu



vou... Porque eu não posso votar sem um objetivo específico. Mas eu vou suprimir a resolução, ou seja, nós vamos cancelar a resolução... criar um vácuo nisso aí? É isso que eu estou perguntando. A proposta é a revogação da resolução. Ou seja, proposta de revogar a resolução, pura e simplesmente?

Cons. Maria Cristina: Porque ela está inadequada com a legislação superior que é de crimes ambientais. Mas o encaminhamento até para uma Câmara Técnica, para discussão que foi exatamente o que eu tinha colocado, que eu acho interessante, mas da forma como está a resolução hoje, ela traz subsídios jurídicos para que ela seja, juridicamente, a aplicação dela... todos aqueles atos, inclusive, se tornarem nulos. Há essa possibilidade e essa brecha jurídica. Então, a minha sugestão inicial foi a da revogar a resolução ou alterar a própria resolução, para que se entre em conformidade com a própria legislação. Até a exposição da colega, a doutora Flávia, foi exatamente detalhar essas questões, esses princípios que estão entrando em desacordo. Com a aplicação da resolução hoje, nós estamos criando uma aberração jurídica. Que é combatível no judiciário.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: A votação seria para revogação da resolução 124 que contraria o decreto federal. E a Câmara Técnica, depois, nós poderíamos marcar para discussão do assunto.

Luiz Fernando Devico: Não cabe ao DECONT... Cabe ao DECONT fazer a apresentação do que é o atual embasamento que a gente trabalha. Mas só para tentar esclarecer, se for pegar a lei federal, a 6.514, o artigo que corresponde, ou que dá a diretriz da fiscalização do corte indevido de árvores, é o artigo 56 que está dentro do contexto flora. O artigo 72, ele coloca a árvore, o elemento arbóreo, dentro do patrimônio, como por exemplo, a mesma coisa como eu fosse pichar agora, o Monumento das Bandeiras. Cometer um crime no monumento, cultural. Ou o que aconteceu ontem, de pichar o Teatro Municipal. É nesse nível que está colocada a atuação do artigo 72. Supondo-se, revogando-se a resolução 124, a fiscalização passaria a trabalhar, e no artigo que seria autuado a infração, seria no artigo 56 da lei. Ou seja, a fiscalização continua. Ela permanece. Só ela teria valores diferenciados com relação à autuação, mas a fiscalização é mantida, se permanece. Só se muda justamente, o que a resolução nos obriga hoje, de autuar em um artigo diferenciado do que a lei federal, teoricamente, me encaminha. É só como um esclarecimento.

Secretário Ricardo Teixeira: Então, só para complementar o esclarecimento, eu dou a palavra para quem mais está pedindo. A forma que está hoje, a doutora Maria Cristina colocou bastante claro, mas vamos repetir. Não tem validade jurídica. A pessoa recorre e cai na lei federal. Daí está fazendo um trabalho e só aumenta mais o trabalho da Secretaria para chegar no final, e falar que nós erramos. É só isso. Por isso que precisa ser revisto.

Cons. Maria Cristina: É Desculpe, Secretário, até, minha colocação. Mas eu concordo, porque gera uma descredibilidade com relação à legislação. Isso que está ocorrendo. Por quê? Nós temos também a determinação municipal, que já penaliza essa supressão. Além da própria lei de crimes ambientais e a própria legislação da política nacional do meio ambiente. Então, ela está totalmente em desacordo. Então gera uma descredibilidade até no nosso trabalho, aqui, no CADES. Agora, a criação da Câmara para discutir até essa questão dessa nova postura legislativa, de enquadrar a árvore como um patrimônio histórico e cultural, diante da exposição da doutora Flávia, é isso que nós vamos discutir. Daí nós, sim, estaremos inovando em termos de Secretaria, e postura aqui, de Conselheiros do CADES. A penalização existe. É que gera o quê? Até um custo ao estado, judiciário. E o descrédito também que gera aqui na Secretaria. A penalização, deixo bem claro, ela existe, e permanecerá existindo. Nós temos uma lei municipal que já também, penaliza essa conduta. Fora a lei federal.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Certo. André, por gentileza. Se identifique.



Cons. André: André, da Secretaria do Estado do Meio Ambiente. Só para os Conselheiros terem uma visão talvez, mais clara, da proposta, desculpa, um primeiro questionamento, um desconhecimento, desculpa, não sei se para os outros ficou claro. Para mim não ficou. A resolução consiste apenas desse artigo? Tem algum outro ponto na resolução que, ao suprimir a validade da resolução como um todo ficaria sem regulamentação? Então, estou vendo aqui o texto... Desculpe. Não cabe aqui, fazer uma análise jurídica do meu ponto de vista, aqui da resolução. Mas são 7 artigos, eu não sei se de bate pronto, poderia falar: *“bom, revogando isso, tem alguma outra regra estabelecida nessa resolução que tem que se manter.”* Se fosse o caso, poderia suprimir parte da resolução. Mas acho que caberia uma análise um pouco mais...

Cons. Maria Cristina: Detalhada da questão. Mas a resolução em si, ela aborda exatamente isso. É a penalização no que tange à poda, trazendo... A resolução, ela trata, trazendo a vegetação como um patrimônio histórico e cultural cuja penalidade está superior ao que têm os ditames legais superiores.

Cons. André: Só continuando, eu acho que está... Foi bem colocado aqui, pela conselheira, pela advogada, que tem justificativa para o que está sendo proposto. Tem uma confusão de ordem jurídica estabelecida por uma resolução. Isso, acho que ficou claro. Agora, para efeito de deliberar a revogação, também outro questionamento: uma resolução que é de 2008, eu acredito que ela já tenha produzido efeito jurídico suficiente para ter gerado uma confusão, tanto por parte da administração pública, quanto por parte do cidadão que é penalizado com base nessa resolução. Eu estou verificando também, que isso não é um pleito de uma conselheira. É um pleito da administração. Então, o que está sendo colocado em pauta aqui é um posicionamento que a administração, Secretaria do Verde, tem embasamento para solicitar isso. Eu só queria também, a efeito de contribuir aí na deliberação, é saber se ao longo desse tempo, a defesa jurídica, por parte da administração pública, que é feita, acho que, pela procuradoria, se teve questionamento judicial a respeito disso, se tem um posicionamento a respeito da validade disso, se o município entende que essa própria regra criada pelo poder público municipal está ofendendo a legislação superior. Se houve o entendimento da procuradoria nesse sentido.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Certo. Doutor Lucas, por gentileza, com a palavra.

Lucas: Bom dia a todos e todas. Sou Lucas, sou da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Muito embora não se tenha uma decisão judicial nas cortes superiores, que seria o Superior Tribunal de Justiça, o entendimento da procuradoria é de que, ele defende essa tese da resolução 124 nas ações que estão sendo demandadas. O que se discute aqui é que essa resolução, ela vai contra uma determinação específica que uma lei federal já dispõe. Então, o que está sendo proposto aqui, é que se revogue a resolução, que vai contra uma lei hierarquicamente superior. Não quer dizer que os casos que já foram aplicados vão ser revistos, pois já há um entendimento da procuradoria nesse sentido. Mas o que se tenta aqui, é adequar o entendimento à norma vigente atual. Então a resolução do CADES 124, ela trata, única e exclusivamente, das infrações ambientais, direcionando-as para o artigo 72, inciso 1º do Decreto. Então, é isso que se tenta aqui, manter a hierarquia da...

Cons. André: Só para concluir aqui a minha linha de raciocínio, então a resolução é um ato... ela... não diria discricionário, mas é um ato que partiu da própria administração, que pode, é claro, rever o seu posicionamento. Ela não vai gerar um vácuo jurídico para tratar do assunto. Naquele momento, houve opção por dar um enquadramento como esse aqui, e hoje está sendo solicitada a sua revisão. Os atos feitos com base nessa resolução têm sido defendidos, mas não quer dizer que ele precisa ficar assim para o resto da vida, certo? Então, só para deixar claro.

Cons. Maria Cristina: Foi por essa razão até que eu coloquei a questão da criação da Câmara Técnica para que possamos... Porque o que ocorreu nessa resolução foi uma inovação. E que essa inovação está contrariando a lei federal, e trazendo esses embates jurídicos. Não chegou ao



Supremo por questão do tempo. 2008, a legislação é recente, até chegar... Que a questão vai... Pode-se chegar, exatamente, nessas discussões jurídicas, mas assim, a criação de uma Câmara Técnica para... até que o CADES inove, exatamente com até a própria colocação, do tratamento da árvore como uma discussão de bem natural por conta do ser humano. Então de inovarmos, mas assim, através de legislação. Não por conta da resolução como nós tentamos inovar. Porque há a lei municipal, que já penaliza as condutas de supressão vegetativa.

Direto da Câmara de Compensação- Lucas: Só posso fazer um comentário, que a resolução do CADES é uma resolução... que essa resolução, ela partiu aqui do CADES. E a Secretaria simplesmente aplica o que todos vocês aqui, e seus colegas anteriormente, decidiram. Tem-se o questionamento do Tribunal de Contas sobre a aplicação dessa resolução, do Ministério Público. Então, acho que compete a vocês aqui, corrigir uma falha que foi tomada lá atrás. Era isso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado, doutor Lucas. Então nós vamos fazer o seguinte: vamos colocar em votação a mudança da resolução, e conseqüentemente, será marcado uma Câmara Técnica, para que os senhores tragam contribuições, e discutam, debatam sobre a resolução. Em votação: alguém... O senhor quer falar alguma coisa? Todos que estiverem de acordo permaneçam da maneira que estão. Votado. A Câmara Técnica será marcada e os senhores serão informados.

Orador não identificado: Só um esclarecimento. A doutora Maria Cristina fez essa complementação, e eu queria dar minha opinião. A cidade de São Paulo, ela precisa fazer essa revolução. A resolução, ela não é ruim para a cidade. A resolução, ela é contrária à lei federal. Por isso que a proposta dela, de colocar a Câmara Técnica é importante, para que a gente tire daqui uma proposta de mudança da lei federal. Porque da forma que foi feito, todas as instâncias estão nos questionando que nós estamos fazendo algo contrário à lei federal. Mas a gente concorda com a resolução. Então a proposta é que a gente faça a discussão, e caso esse Conselho chegue a essa conclusão, a gente proponha uma alteração da lei federal. É isso, não é, doutora Cristina? Estadual também, claro.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, passaremos ao segundo item da pauta da ordem do dia, que é a exposição sobre o programa Córrego Limpo, pelo engenheiro Jairo Tardelli Filho, gerente do departamento de planejamento integrado da diretoria metropolitana da Sabesp. Engenheiro Jairo, seja bem-vindo.

Jairo Tardelli Filho: Bom dia a todos. Eu sou do departamento de planejamento integrado. Nós atuamos aí, nesse programa. Integramos todas as nossas unidades de negócio. E eu vou trazer aqui para vocês, a situação. O que é o programa, a situação em que ele se encontra, e as perspectivas que a gente tem agora, para os próximos anos. Eu vou pedir um pouquinho de compreensão. Acho que eu vou abusar um pouquinho da paciência de vocês, porque antes de entrar especificamente no Programa Córrego Limpo, eu queria assim, falar um pouquinho de gestão de bacia urbana. Porque aí eu acho que facilita quando a gente comenta essa integração entre drenagem e o sistema de esgotamento sanitário. Eu acho que facilita, depois, o entendimento do programa, as responsabilidades compartilhadas, e os problemas que a gente enfrenta para manter uma qualidade adequada dos córregos no meio urbano. Bom aí todo mundo sabe aqui, da complexidade da região onde nós moramos. A região metropolitana de São Paulo, ela se localiza na bacia do Alto Tietê. É uma bacia com pouca água. É uma bacia de cabeceira. E nós temos aí, conflitos de uso da água. Toda água que nós consumimos aqui, ela não vem dessa bacia, que está em vermelho. Nós importamos essa água aí pelo sistema Cantareira, da região do Piracicaba, e a região do Piracicaba também é uma região complexa. Então há uma disputa, há um conflito aqui, entre a bacia do Alto Tietê e a bacia do Piracicaba. Temos problemas também de gestão de recursos hídricos, e toda sorte de problemas aqui, nessa região. E estamos cercados também, com outras regiões importantes, economicamente importantes aqui para o estado de São Paulo, e com uma população muito elevada, também. Nós vivenciamos isso, diretamente. Bom, eu



acho que ainda mais aqui nesse Conselho, vocês sabem muito bem como é o processo de uso e ocupação de solo, aqui nessa região metropolitana de São Paulo, município de São Paulo. Acho que vocês sabem muito bem como funciona. E aqui é só um exemplo de como é que é esse processo. Então isso é uma região lá na zona norte de São Paulo. Eu estou ficando aqui na frente, mas... E que o processo todo de ocupação, ele acaba avançando em todas as áreas mais vulneráveis, encostas, fundos de vale, e praticamente toda uma área verde ali, foi removida, e depois, nós vamos pagar algum preço por isso. Infelizmente, não está saindo aqui, uma outra foto que eu tinha colocado aqui, que mostrava... alguma coisa de configuração de software. Do Power Point. Mas que mostrava um outro lado. Quer dizer, uma área consolidada, uma foto de 1958, aqui da região do Pacaembu, Perdizes, e uma foto atual, onde a gente percebe um adensamento, um paliteiro de prédios, com todas as repercussões que isso acarreta na infraestrutura urbana. Quer dizer, áreas consolidadas, com infraestrutura instalada, praticamente nós temos que renovar, reforçar tudo o que já tinha sido feito. Então é outro lado que a gente também vivencia aqui na região metropolitana. Uma bacia hidrográfica urbana, com todos os elementos que uma bacia tem, com sem córrego principal, seus afluentes, afluentes dos afluentes. É uma pergunta recorrente: *“puxa, quantos córregos têm aqui em São Paulo?”* A olha que você olha ali, você fala: *“Bom, quantos quisermos.”* Praticamente, todos os fundos de vale são córregos. A gente pode definir os córregos de 1º grau, de 2º grau, então nós temos aí toda essa capilaridade dos rios, dos afluentes, dos córregos, todos, e os elementos principais de uma bacia hidrográfica. O fundo de vale, o espigão, a linha, a cumeeira, o espigão, que são os divisores de águas, e as sub-bacias. E a foz em algum outro rio principal, e essas bacias, a hora que elas são urbanizadas, nós aumentamos a impermeabilização, ocupamos várzeas. Isso acarreta picos de cheias maiores e mais rápidos. Isso nós vivenciamos sempre no período das chuvas. Poluição, nós vamos ver quais os tipos de poluição que nós temos. Então esse é uma área de atuação, quando a gente vai falar de sistema de esgotamento, e ele, dentro de uma integração com o sistema de drenagem. Aqui, outra vista de uma bacia, com um pouco de relevo. Tentando ver a linha de espigão, e tudo que acontece dentro dessa linha, tem repercussão no córrego que está lá no fundo de vale. Ele vai ser o último receptor de tudo que se passa na superfície dessa bacia. E o sistema de esgotamento sanitário, como é que funciona? Ao contrário do sistema de água... o sistema de água é pressurizado. Então todo o abastecimento de água é feito sob pressão. Então, é outra concepção. O sistema de esgoto, ele é tudo por gravidade. A parte de bombeamento são muit... em algumas situações muito específicas. Então, todo ele funciona por gravidade. Então todas as ruas têm que ter uma rede coletora, que depois, essa rede coletora leva esse esgoto para um coletor-tronco no fundo de vale. Esse coletor-tronco leva para um outro grande coletor, que seria um interceptor, se situa aqui no caso, em São Paulo, ao longo das marginais do Tietê, do Pinheiros, do Tamanduateí. E depois, como emissário, e leva para uma estação de tratamento de esgoto. Então, é importante a gente citar isso. Que é tudo por gravidade. Isso traz algumas complicações. Principalmente por conta de vencer alguns obstáculos. Água... a coisa é mais fácil. Ali tem uma foto de uma canalização, já colocando um coletorzinho com algumas interligações sendo feitas. Um esquema aí, de um coletor-tronco, em uma avenida, fundo de vale, com córrego dos dois lados. Esse coletor-tronco é o que recebe todas as redes que se posicionam nas ruas. Que recolhem os esgotos das residências. Cada casa tem o seu ramalzinho que joga na rede, que a rede joga no coletor, no interceptor, e até a estação de tratamento. No Brasil, o sistema é o separador absoluto. Água pluvial no seu tubo, esgoto no seu tubo. Alguns aqui de vocês sabem, em alguns países há o sistema unitário. Esgoto e água pluvial tudo no mesmo tubo. Então aqui, teoricamente, reforçar, teoricamente, todos os projetos, a gente faz os projetos de esgoto considerando que nós vamos só ter esgoto dentro da tubulação. Mas nós temos aí interconexões que, usando um termo aí não muito técnico, umas relações promíscuas aí, de sistemas. Então nós temos aí, algumas interligações de esgoto dentro da água pluvial. Isso o que acarreta? Poluição. Às vezes, andando na rua aí, você passa perto de uma boca de lobo, você sente aquele cheiro de esgoto. E também tem o contrário. Água pluvial dentro da rede de esgoto. Muitas vezes, vocês estão andando na rua aí durante uma chuva forte, vocês veem uns verdadeiros esguichos saindo de um poço de visita da Sabesp, de esgoto. O que é aquilo? A rede está pressurizada. É água de chuva dentro da rede de esgoto. E aquilo, para nós, é um problema, porque todo o sistema é dimensionado para funcionar por gravidade. O tratamento de esgoto é



biológico. Então, quando entra aquela quantidade de água pluvial misturada no esgoto, dá uma afetada na qualidade do tratamento. Então essa relação promíscua traz problemas para os sistemas, tanto de águas pluviais, meio ambiente, quanto à questão técnica do esgotamento sanitário. E muitas vezes, a água pluvial dentro do esgoto pode acontecer no sistema de drenagem, e muitas vezes, as pessoas, nas suas casas, têm aquele ralo no quintal: *“ah, liga ali. Tem esgoto ali. Liga ali.”* Não é nem má-fé. É desconhecimento. Muitas vezes, acha que é tudo a mesma coisa, e aí, cada vez que chove, aumenta a vazão, e dá algum problema aí no sistema de esgotamento. Em relação às fontes de poluição. Nós temos uma fonte de poluição que é o esgoto. Esgoto doméstico, esgoto industrial, que muitas vezes, são lançados diretamente nos córregos, quando não tem rede, ou às vezes, a gente tem a rede e ela está rompida, ou ela está interceptada, tem uma descontinuidade, e é desviada para o córrego. Vem vindo o coletor-tronco, por exemplo, tem um assentamento, à margem do córrego, não consigo passar. E extravasões de esgoto. Então às vezes, ocorre uma obstrução de esgoto na rua. Esse esgoto extravasa, vai para a sarjeta, cai na boca de lobo, galeria, córrego. E nós temos também... Bom, essa aqui é uma responsabilidade da Sabesp. É uma responsabilidade da Companhia de Saneamento. Tem a questão do esgoto industrial, também, que tem a responsabilidade da Cetesb. E têm as fontes difusas de poluição. Então vocês sabem que todo esse lixo que é lançado nos córregos, o lixo depositado nas ruas, que depois, quando chove, vai para o sistema de drenagem e vai para o córrego. A lavagem da poluição do ar, que também carrega todos os contaminantes que estão no ar, e leva para o córrego. Desgaste de pneu, toda aquela sujeira, a hora que lava, vai para o córrego. Toco de cigarro. Sujeira de cachorro. Tudo isso aí. Isso é a fonte difusa de poluição. E é uma fonte considerável e que está muito associada com a cultura da população, e a qualidade da limpeza urbana que é feita na cidade. Então, isso aqui é importante, porque nós vamos ter que atuar nessas duas frentes, para que a gente tenha realmente, um córrego limpo. Então aqui são umas fotos para ilustrar. As pessoas lavando a sarjeta. Quando lava a feira, vai para o córrego. Posto de gasolina, que às vezes, dá uma lavada, vai combustível, tudo, vai para o córrego. Então pode estar, o sistema de esgoto funcionando bem, mas ainda vai ter uma carga de esgoto, e de sujeira que é essa poluição difusa. É isso. Um córrego urbano. Nós vamos ter que conviver com isso. Minimizar. Mas nós sempre vamos ter problemas. Recentemente, tivemos um episódio de o córrego estar todo branco lá, que uma obra lá, o pessoal começou a lavar frasco de tinta, e jogava na sarjeta, pintou o córrego de branco. Então aí, exemplo de lixo, e depois vai tudo para o córrego. E também ao contrário. Hoje, uma boa parte dos problemas que a gente tem em obstrução de redes de esgoto, é o mau uso das instalações sanitárias. As pessoas jogam qualquer coisa dentro da privada, e isso vai acabar entupindo. Isso entope o ramal, dá refluxo de esgoto, entope a rede. Então muitas vezes, vocês vêem esgoto brotando ali, de um PV, é porque está entupido. Então tem que ir lá, desobstruir esse esgoto. Então, há também um trabalho de conscientização das pessoas, no uso das instalações sanitárias. Porque isso, depois, vai trazer repercussões no sistema, e para elas próprias. Aqui, exemplos aí também, de águas pluviais, de esgoto nas galerias. E aí, a questão, já começando a olhar no sistema macro. Então, quando a gente vai falar de despoluição de um córrego, as ações que nós vamos ter que desenvolver não estão só naquela linha do córrego no fundo de vale. As ações têm que se desenvolver em toda a bacia. Nós podemos ter um problema de interligação de rede de água com rede de esgoto, em uma vertente. Não necessariamente lá no fundo de vale. Então aqui, nós estamos vendo aí a bacia do Pacaembu com a do Sumaré, Avenida Doutor Arnaldo. Quer dizer, alguém jogar um lixo lá em cima, na sarjeta do lado direito da Doutor Arnaldo indo para o Sumaré, aquele lixo vai cair no córrego do Pacaembu. Mesmo que esteja no Espigão. Se alguém jogar um lixo na calçada do Masp, vai para o 9 de Julho, vai para o Tamanduateí. Se jogar na calçada do Trianon, vai para o Pinheiros. Então mesmo você... parece que o problema é só ao longo do córrego. Não é. É em toda a bacia. Então todas as ações para despoluição têm que se desenvolver nas bacias. Então, é uma coisa geral. Não é localizada. Aqui... Bom, foi, durante muito tempo, os engenheiros, nós, engenheiros, então era uma linha muito elegante, até, diria, de canalizar em galeria os córregos, e fazer uma grande avenida de fundo de vale, lindo, luz de mercúrio, festa, e os córregos ficaram lá, escondidos. Muitos córregos aí, escondidos. Tem trabalho da FAU aí. Tem um professor lá, que está se especializando em córregos ocultos no município de São Paulo. Ele vai percorrendo e tentando



descobrir, ouvindo barulhos, conversando com as pessoas. Muitos córregos estão ocultos. Simplesmente entubados. E esse foi um processo nosso, aqui, desde quase que de José de Anchieta. E temos aqui, peguei alguns exemplos aí, conhecidos. Todas essas avenidas tem um córrego aí. Enterrado aí. Escondido. E às vezes, dá alguns problemas de manutenção. A dificuldade é você limpar isso. E temos também essa outra realidade, triste realidade das grandes cidades brasileiras. Os córregos apertados no meio das casas, com pobreza, e onde você tem até problemas de... aí é que está. Vamos supor. Como é que eu posso passar um coletor-tronco ao longo desse córrego. E tem outro problema legal, se é . uma APP, ou uma área irregular, que é uma situação fundiária, quer dizer, você não consegue... Uma companhia de saneamento, ela não pode instalar infraestrutura nesses locais. Sob pena de ser multada, ser acionada pelo... Então se nós esgotarmos, eu ouvi isso de um promotor, ninguém me contou. Eu ouvi. Se nós esgotarmos as casas que estão em uma APP, nós estamos, em tese, cometendo uma irregularidade. Quer dizer, parece uma coisa estranha, surrealista, mas... e aí, nessa situação, nós temos problemas então, de habitação, pobreza, habitação, e se nós conseguirmos equacionar habitação e saneamento, as repercussões virão na saúde pública, que há problema de leptospirose quando enche, tudo, e no meio ambiente. Então, essa é uma realidade que a gente tem aqui. Mais exemplos aí, que vocês conhecem. Outros exemplos. Então, isso dificulta muito você trabalhar com uma infraestrutura urbana naquelas características que nós citamos anteriormente. Quer dizer, eu preciso de uma faixa lindeira ao córrego para passar com a infraestrutura. Bom, o córrego limpo, ele tem uma característica que eu achei muito interessante quando iniciou. Essa característica de uma ação conjunta. De parceria. Então a Sabesp, ela é uma concessionária. O poder concedente é municipal. É a prefeitura. Se nós tivermos aqui um episódio de seca, gente, se tivermos um racionamento, eu não posso, como empresa de saneamento, falar nada para algum... Posso até falar, mas não posso fazer nada mais do que falar para alguém que está lá, lavando a sarjeta, que não tem água na represa. Não tenho. Não tenho poder de polícia, nenhum. Se eu coloco uma rede de esgoto na rua, ninguém tem obrigação de... Eu não posso obrigar ninguém. Agora tem uma lei federal que diz que tem que ligar. Aqui em São Paulo, na época da Marta, foi feita uma lei que as pessoas são obrigadas. Mas quem tem que obrigar é a prefeitura. A prefeitura tem que notificar. A Sabesp não. Você disponibiliza a rede. Então, a hora que você então, atua com esses dois atores, aí eu acho que a coisa resolve os problemas complexos, que sobram... Porque agora, o sistema está ficando assim: as coisas mais fáceis já foram feitas. Agora, resolver as coisas mais difíceis. Então, para melhorar a qualidade dos corpos d'água, não é só tirar o esgoto. Então, o córrego limpo é um córrego. Sem esgoto, e sem lixo. Aí tem que entrar um resultado dessa parceria. Muita gente pergunta, mas a Sabesp tem o Projeto Tietê. Por que precisa de um programa Córrego Limpo? Então vamos situar bem. O Projeto Tietê, gente, é um projeto de obras. Obra. Tubo, estação de tratamento, interceptor. É obra. Obra de saneamento. O Programa Córrego Limpo é um programa de operação e manutenção. E de pequenas obras. De ações operacionais. Trabalho de formiguinha. É dia a dia. Ponto a ponto. É isso. Então, podemos fazer obras. Nós tínhamos casos aí, de bacias completamente saneadas, e o rio estava sujo. Porque tinha uma ligação clandestina, tinha uma interligação dessa, de água pluvial com esgoto que não estava cadastrada. Então você tem que ficar procurando isso. Tem que ficar pesquisando a rede. Televisionando. Abrindo PV, posto de visita, tampão. Então, essa é a característica do Programa Córrego Limpo. Ele passa a limpo as bacias. Para isso, nós precisamos ter a infraestrutura lá embaixo. Também não adianta eu passar a limpo aqui, e jogar o esgoto no rio, porque não tem coletor-tronco. Então muitas vezes, têm demandas. *“Olha, quando vocês vão fazer o Córrego Limpo?”* Temos que esperar passar o coletor-tronco. Está na terceira etapa do Projeto Tietê. Então aí sim, a gente vai poder fazer esse trabalhinho mais específico, mais operacional. Ele começou em 2007. E aí, eu acho que teve um personagem aqui na prefeitura, brilhante, o Antônio Arnaldo, o engenheiro, decano aí, dos engenheiros aqui, de saneamento e drenagem aqui da prefeitura, que foi uma pessoa, que foi assim... catalisou bastante esse programa. E infelizmente morreu durante uma reunião do programa. Teve um infarto e morreu. Foi uma coisa assim incrível A gente começou em 2007, e eu acho que, tem na verdade uma tripla parceria. Tem essas instituições, e tem um outro ator muito importante. Que é a população. Esse tipo de trabalho e resultado, sem a população, não dá. Nós sempre vamos estar lá correndo atrás do prejuízo, e sempre o córrego vai estar sujo, vai estar



poluído, e tal. Se não tiver uma parceria com a população na questão do lixo, principalmente. Jogar lixo na rua, essas coisas, nós vamos ter, sempre, que gastar dinheiro, e o resultado nunca vai ser bom. Não há dinheiro no mundo que faça manter... que mantenha essa cidade limpa com uma cultura de... acha que jogar lixo é... Eu posso jogar, porque eu pago imposto, de retirar. Mas vai pagar muito imposto para tirar esse lixo, porque cada dia mais suja a cidade. E aí, nós temos que dividir as responsabilidades. Então a Sabesp fica com toda a parte do diagnóstico das redes, quer dizer, esse conhecimento da gente ficar investigando a rede, onde estão os problemas, onde tem problema de penetração de raiz, entra muita raiz dentro da rede de esgoto, pode estar obstruindo, têm lançamentos clandestinos, têm rompimentos, ligações cruzadas, que a gente estava falando. Então tudo isso aí, a manutenção, nós temos que ser ágeis, rompeu o tubo, nós temos que correr, porque vai poluir o córrego. E depois que você despoluiu o córrego, começa a aparecer. Quando o córrego está sujo, rompeu um tubo poluído, mais ou menos poluído, ninguém nem vê. Agora, depois que você despoluiu, aparece. Então, a Sabesp tem que ser mais ágil. Então, toda parte da sua responsabilidade... e tem um outro item ali, que vocês vão ver que está comum, que é a tal da governança colaborativa, que é esse trabalho que envolve a população. De conscientização, de envolvimento da população nessa questão da despoluição, das suas responsabilidades na questão do lixo, do cuidado, desse zelo. E a prefeitura tem que fazer toda a parte da limpeza do mato, que cresce, sempre está crescendo. Limpeza do leito, tem que desassorear de vez em quando. E essa parte aqui, que é muito complicada, que é a remoção de assentamentos, que estão bem na beira do córrego. Reurbanizar. Regularizar, reurbanizar as favelas. Isso é complicadíssimo. É uma parte pesada. Toda parte de paisagismo, arborização para parques lineares, então, embelezar a margem do córrego, e também atuar junto, na Sabesp, nessa questão de envolvimento da conscientização da população na permanência dos resultados do programa. A gente quer que o programa, que o córrego seja limpo a maior parte das vezes. Não vai ser sempre, porque... aqui eu não sei se a Marta não está em uma dessas fotos aqui, não é, Marta? Não sei, não, viu. Mas... E esse é um trabalho que começou a ser feito, com uma metodologia nova, de conhecimento das lideranças, de envolvimento da população. E é importante a participação da prefeitura, que tem até mais capilaridade do que a Sabesp nessas questões. Então, nós estamos aí com um pessoal nosso, que tem uma atuação forte junto à população, na parte social, também ajudando. E para isso, eles tiveram que ser formados nesses conceitos de bacia hidrográfica, de gestão de bacia urbana. Então a gente não nasce sabendo, temos que aprender. E fizemos aí, contato com o pessoal da CAT, da Secretaria da Agricultura, que têm um trabalho muito bom no meio rural, aqui em São Paulo. Pessoal da Unicamp. E agora tem o SOS Mata Atlântica aí, em um trabalho com a Sabesp, para monitorar também, e trabalhar com a população. Então, é um trabalho que tem que ser feito, potencializado, para a gente conseguir resultado. Bom, e como a gente mede qualidade de água de córrego? Tem um indicador técnico, vai. Têm vários... A Cetesb trabalha com... a legislação com muitos indicadores. Quer dizer, a Sabesp, ela é responsável pelo que está dentro do tubo. O córrego, para nós, é um indicador complementar. Quer dizer, ele vai medir a qualidade da minha operação. Do meu sistema. Nem tudo o que está dentro do córrego é responsabilidade da Sabesp. Isso que a gente estava comentando. Mas é importante a gente estar avaliando isso e aferindo essa qualidade da nossa operação. Está indo bem. Está indo mal. Surgiu um problema, a gente correr para resolver. Então tem um indicador que chama demanda bioquímica de oxigênio, que é a quantidade de oxigênio que as bactérias usam para consumir aquela matéria orgânica. As bactérias são muito legais com a gente. Então elas consomem aquela matéria orgânica de esgoto, só que a gente precisa colaborar um pouco com elas, também. E aí têm umas graduações. Nós estamos entendendo. Hoje, um rio natural, ele tem da ordem de 5, 6, 7... às vezes tem muita matéria orgânica. O fato de ter uma DBO um pouquinho, às vezes, mais alta, porque tem muita matéria orgânica natural: folhas, resto de animais, tal, tem um pouquinho, mas um córrego poluído, um esgoto puro tem 250, 300. Então a gente está entendendo que se nós chegarmos, no meio urbano, até 30, já melhorou muito. Pelo menos não exala mau cheiro, tem um aspecto visual um pouquinho melhor, e pode ter algum tipo de vida aquática. Nunca vamos esperar peixinho vermelho em um córrego urbano. Não dá. Então é um córrego que sempre vai ser muito vulnerável. Então, se a gente conseguir chegar perto de 10, aí está ótimo. O córrego vai estar com uma qualidade muito boa. Isso é o indicador técnico. Mas eu acho que o importante é o perceptivo.



É o que a população vê. O que ela sente. Quer dizer, o importante é a população, independentemente do número, da técnica de fazer o ensaio, a coleta, é o que a população vê. Ela está vendo uma água transparente, não está sentindo cheiro, se tiver um peixinho lá, que seja um girino, é gol. E a prevenção do lixo, do mato. Tudo isso aí eu acho que são indicadores que a população enxerga, e são importantes, tão importantes quanto, ou mais importante que o indicador técnico. Que é mais vulnerável a outras coisas. Então só aqui, a última parte da apresentação. Um balanço do que foi o programa desde esse período de 2007 a 2013. Depois eu vou mostrar um mapa... Vocês estão vendo que têm muitos córregos pequenos. E aí, é um desafio. Aqueles córregos que ofereciam condições de trabalhar. Então, até agora são 139 que nós concluímos. Somando as pessoas que estão nas bacias, 1,8 milhão de pessoas, e aí têm outros números que vocês podem ver. O importante é que nesse trabalho, nós já tiramos 1.300 litros de esgoto que estavam indo para o córrego. Então, eliminando essas conexões etc., a gente, então, vai despoluindo os córregos. Tem um investimento aí da Sabesp, e também da prefeitura, principalmente na questão da remoção das pessoas, reurbanização. Agora, é importante as ações de manutenção da Sabesp e zeladoria da prefeitura. Para a gente manter a qualidade que a gente conseguiu obter no córrego. Aqui tem um mapa geral, mostrando aí, as bacias que nós já atuamos. Vira e mexe, chega lá: *“O córrego, lá, está todo poluído outra vez.”* Vai ver, romper um tubo lá, vai. Tem que ir lá, trabalhar. E isso nós vamos ter que conviver sempre. Então nós temos aí o que já foi feito, naqueles quantitativos que eu mostrei para vocês. Então vocês estão vendo que têm algumas bacias um pouquinho maiores aqui na zona norte. O Carajás, o Parque Novo Mundo. Na leste têm umas bacias menores. Aliás, nós temos áreas grandes aí, com problemas latifundiários, de favelas, e tal. Aqui na zona sul, a gente também tem problemas, mas estamos, agora, tentando ampliar o tamanho das bacias. Estão aqui alguns exemplos do antes e do depois, que vocês podem ver. Dá um aspecto completamente diferente daquela poluição, aquela coisa cinza, malcheirosa. E aí, você tem o aspecto melhor, lógico. É isso que a gente quer. É isso que a gente busca. E o que a gente está pensando em fazer nesses dois anos agora? No contrato, gente, está o seguinte: a Sabesp assinou um contrato com a prefeitura. Nunca tinha assinado um contrato com a prefeitura. A Sabesp sempre operou o sistema aqui, sem contrato. Em 2010, finalmente, assinou um contrato de 30 anos. E nos trabalhos, no entendimento com a prefeitura, nós tivemos aí, uma interação forte com a SEHAB. E não poderia deixar de ser. E nós alinhamos muitas das intervenções ao plano habitacional da prefeitura. Então, estou falando aqui de planejamento, gente. Planejamento. Planejamento. Pode ajustar, então. Então nós sentamos com a SEHAB, e tal. Vamos lá. E até, tínhamos aí, uma expectativa de 2018. Já estou começando a dar umas datas aqui, que a gente está começando a ver essa luz no fim do túnel. 2018. Mas aí, a própria SEHAB falou: no meu plano, vai até 2024. Então, a gente está tentando colocar 2018, na cidade formal, vamos dizer, aquela cidade que está tudo, as ruas, tudo, regulares, e tal. E na cidade informal, onde nós temos problemas que necessita de reurbanização, está colocado 2024. O ano que vem vai ter uma rediscussão desse contrato. Pode ser que esses números, esses horizontes se alterem, mas no momento, o contrato, aqui do município de São Paulo, está colocando 2024 como o horizonte para a gente universalizar no saneamento. O índice de coleta aqui não é ruim. É bom. O problema é o tratamento. Esse que é o grande problema. Porque a gente coleta e era uma linha do saneamento anterior, assim, histórica, não é, gente, que sempre prioriza a água, que dá uma repercussão na saúde pública muito grande, depois a coleta. Tira o esgoto da casa, do quintal, só que lançava no córrego. Agora não pode mais. E agora, o grande desafio é esse, a gente pegar esse esgoto... tudo que está sendo lançado em córrego, já está conduzindo para tratamento. Hoje nós estamos com índice de 50, 60% aqui na região metropolitana. Então a gente tentar conseguir... Muitas vezes o pessoal fala: *“mas não consigo perceber o efeito ainda, nos córregos, no Pinheiros, no...”* É. Nós vamos ter que fazer um mosaico aí, de intervenções, até o resultado. Quer dizer, eu só consigo despoluir o Tietê e o Pinheiros assim que eu for despoluindo todos os seus afluentes, subafluentes e tal. É isso que nós temos que fazer. Então nós vamos estar atuando também em consonância com o projeto Tietê, onde a gente prioriza as bacias que já têm infraestrutura, e também conciliar com as ações da SEHAB. Sem isso... E têm vários exemplos, a SEHAB já faz a infraestrutura sanitária com as diretrizes da Sabesp. Depois a Sabesp reembolsa a SEHAB. Esse é o acordo, normalmente. Então até 2024, nós vamos completando todas essas bacias e a gente



tem que fazer esse trabalho em todas sub-bacias, para conseguir resultados na bacia... Um dos córregos que nós estamos priorizando agora, para esse ano, é o Ipiranga. O das margens plácidas. Terminamos o coletor-tronco, aí há um ano, por aí. E já deu um resultado grande na qualidade do córrego. Mas ainda têm alguns trabalhos desse tipo que eu falei para vocês. Algumas interligações que nós temos que fazer. E aí exigem obras com 9, 10 metros de profundidade, etc. Mas agora é esse passar a limpo. Então a gente está na expectativa... E tem uma área ali, chama Cacarecos, tem uma favela grande, que aí tem... Mas o que a gente está esperando é o seguinte: uma bacia grande, mesmo sem resolver uma sub-bacia, o resultado do córrego, ao longo dele, principalmente na sua foz, já vai ser muito expressivo. Não vai estar assim, 100%, mas se estiver 90% está bom. Então é isso. Nós vamos ter que, depois, sim, a hora que resolver o problema habitacional, aí a gente consegue resolver o problema de esgoto. Então esse foi um exemplo que está animando a gente a falar assim: *“poxa, agora vamos trabalhar com bacias maiores.”* Então Ipiranga tem uma área de 24 km², tem 233 mil habitantes. É uma bela cidade do interior, não? Quantas cidades do interior aí tem 233 mil habitantes? Uma bela cidade. É isso que a gente está pretendendo fazer até o fim de 2014. Ter um resultado legal ali na foz do Ipiranga e, poxa, criar uma vergonha. A gente tem um rio tão emblemático aí, para o Brasil, e naquelas condições sanitárias. Essas são as ações aí que a gente está prevendo para 13 e 14, onde a gente tem, na zona norte, o Pirituba e o Mandaqui. Concluir todo o Mandaqui. Na zona leste, o Itaim, o Tiquatira, que tem um parque linear grande, ali. É uma área de lazer de muita gente. Então, nós temos aí que trabalhar no Tiquatira, e ver se consegue, já, um resultado legal aí no fim do ano, mesmo ainda sobrando alguma coisa da sub-bacia do Ponte Alta. O Verde porque é o Verde é uma sub-bacia que está lá onde vai estar o estádio da Copa. Então tem aí uma priorização também, para a gente já estar trabalhando lá, para que realmente, chegar em 2014, na época dos jogos da Copa, o rio está em uma condição melhor, ali, em toda a bacia lá. Tem problemas graves lá. Não vão ser solucionados até lá. Mas a qualidade vai melhorar. Mas não vai resolver tudo ainda. E o Ipiranga, na zona sul, o Traição, que é aquele da Avenida dos Bandeirantes, está encoberto, mas nós temos que fazer tudo. Não tem jeito. Mesmo que não esteja aberto, vamos fazer. O Éguas e o Paraguaias ficam ali, um pouco perto da 23 de Maio, ali em um afluente do Uberaba. O Itupu e o São José na região dos mananciais ali, do Guarapiranga. E na zona oeste também tem ali, ao longo da avenida Corifeu, na região do Butantã, o córrego do Jóquei, Sapé e um outro córrego chamado Pablo Casals. Às vezes têm uns córregos não muito grandes, que não tem nome, você põe o nome da rua que está lá. Então gente, aqui, já quase que fechando, que perspectivas a gente tem do programa aqui, para o município de São Paulo? Ele é um item de contrato. Está no contrato. Eu acho que é importante e está consagrado em contrato. Vamos supor: “não vou fazer porque eu não quero.” Não, está no contrato. E é importante. É o trabalho da Sabesp. É para isso que ela existe, também. Então as nossas metas, nesse momento, estão colocadas aí até 2024 para universalizar tudo. Coleta, afastamento e tratamento. Água já está praticamente universalizada. Praticamente já está universalizada. A gente pretende, então, fazer esse trabalho em várias sub-bacias, para até fechar o resultado nas grandes bacias. É fundamental, também, a prática de gestão nas bacias urbanas. Esse entendimento que drenagem e esgotamento, coleta, limpeza urbana é tudo integrado. Um depende do outro. Se a gente fracassar em um, repercute no outro. Então, esse conceito de gestão de bacia urbana, ele é diferente de bacia hidrográfica. O DAE, tal... porque ali eu trabalho com grandes bacias, reservatórios, rios. Questão de bacia urbana são córregos. Todos urbanizados. É diferente. Aquela água não é para abastecimento público imediato. Ela é para a qualidade de vida de quem vive naquela bacia. Meio ambiente, saúde pública. É isso que nós estamos falando. Então isso aí tem que ter essa visão. E também vai ser imprescindível esse envolvimento da população. Se não se envolver, ou pelo menos assim, não prejudicar, não ter essa consciência, e eu acho que houve trabalho já, em algumas bacias, que foram resultados muito interessantes nesse envolvimento. As pessoas adotaram o córrego. É importante isso. E o que a gente... Então, eu acho assim, a universalização, no município de São Paulo não será obtida sem essa parceria com a prefeitura. Isso é fato. Foi colocado. Entendido. E eu só estou repetindo aqui. Nesse Programa Córrego Limpo, nós temos reuniões aí, mensais. A prefeitura participa, SEHAB, SIURB, Verde e Secretaria de Subprefeituras. Agora houve uma interrupçãozinha aí. Espero que retomem a participação. Então é importante a gente estar juntos, definindo essas



prioridades, vendo os problemas, porque facilita muito. Ocorre um problema, está lá, ajuda. E outra coisa: nós, como Sabesp, a nossa responsabilidade também está em outros... Não adianta nada eu querer resolver aqui só em São Paulo, se eu não resolver em Poá, em Ferraz, se a prefeitura de Guarulhos não resolver, se Mogi... Porque senão... vai na cabeceira do rio Tamandateí, Mauá, Santo André... Então, essa visão metropolitana, que nós temos que estar, integradamente, pensando no resultado final, no nosso principal rio que é o Tietê. E eu acho que outra característica principal para a gente, podemos lá, inaugurou, fez a coisa, soltamos foguete, banda, aplauso, só que não acabou. Agora vai começar. Terminou a obra. A obrinha lá e tal. Isso nunca acaba. Nunca. A Sabesp vai ter que ter uma agilidade, uma logística de manutenção, de operação da sua rede, ágil, porque assim que houver um problema, vai ter que correr lá e resolver. A prefeitura tem que estar lá limpando, passando a flanelinha no córrego, nas margens. Certo? A população cultivando, interagindo aí, com o meio ali, frequentando os parques, não deixando lixo. Denunciando lançamentos clandestinos na calada da noite, que muitas vezes isso acontece. Então acho que isso aí... O que a gente quer? A gente quer que realmente os nossos córregos, na medida do possível, muitos aí nós já escondemos, mas voltem a ser elementos da paisagem urbana que eu acho que todo mundo aqui deseja. Então é um esforço integrado, e estamos começando. Acho que ainda estamos no início, e já têm resultados que a gente fica mais animado. Porque quando você olha em São Paulo, parece que tudo a gente acha que é impossível. Não. Não é fácil. Realmente, não é fácil. Mas impossível não é, não. Então acho que... e demonstrando isso, eu tenho absoluta certeza que nós vamos ter uma condição bem melhor na cidade, com respeito à questão dos córregos urbanos, aqui. Bom, pessoal, era essa a apresentação aí, que eu trouxe aqui para vocês. Fico à disposição aí, para qualquer coisa aqui, e lá na Sabesp, tem aí meu telefone, meu e-mail, e a gente está à disposição aí, para qualquer dúvida, qualquer outra questão que vocês queiram trazer. Então, obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Engenheiro Jairo Tardelli, o CADES agradece a sua presença, a sua explanação. Gostaria que o senhor permanecesse, que vão ter perguntas de Conselheiros, e dizer que essa matéria foi solicitada pelo Conselheiro Quintino, que tem a palavra. Só lembrando o seguinte: a pergunta deve ser sobre a sua solicitação. E se tiver transparência também, que seja sobre o assunto solicitado pelo senhor. Por gentileza.

Eugênio: Bom dia. Como a demanda é de nossa autoria, nós gostaríamos, inclusive, de, a princípio, de passar algumas fotos referentes ao Córrego do Onça, que é no Parque Municipal da Brasilândia, e para que os senhores tenham conhecimento de qual a situação atual do córrego, que é um assunto extremamente pertinente ao meio ambiente, pertinente a esse CADES. Então nós vamos passar algumas fotos. Temos vídeo também, mas já me foi avisado que o meu tempo seria curto. Eu gostaria de fazer alguma exposição rapidinho. Mas cinco minutos não dá, senhor coordenador, eu vou precisar mais tempo, porque cinco minutos não dá para eu fazer alguns comentários a respeito do programa Córrego Limpo, a respeito do nosso pedido, e algumas observações pertinentes.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só torno a lembrar: sem problema, mas o assunto é pertinente à apresentação que vocês solicitaram, Córrego Limpo. Mostrar a foto do córrego lá da Brasilândia, mas que se mantenha no assunto, por favor. Porque tem inclusão de pauta, e aí vai se estender a reunião por muito tempo.

Eugênio: Sim senhor. Bom, as fotos vão ser repassadas, e o senhor, por gentileza, pode ir passando... não muito brevemente. E primeiro, nós pensávamos que fosse ser posto o que é o Córrego Limpo. O Programa Córrego Limpo assim, na lei. Nós temos aqui o que é, mas o importante é dizer que o Programa Córrego Limpo é uma parceria entre a prefeitura e o estado. Isso é muito importante. Agora, as informações que nós temos é que o Programa Córrego Limpo, ele está tecnicamente parado. Essa é a primeira pergunta. Se está parado. Se há algum problema técnico ou de lei, para ele estar parado? Primeiro ponto. O segundo ponto é por que não foram atendidos, para o Jardim Damasceno, para a Associação do Jardim Damasceno, para os



conselheiros de meio ambiente do Jardim Damasceno, o programa do Córrego Limpo para o Córrego do Onça. O Córrego do Onça, ele corta o nosso Parque Municipal da Brasilândia. E como todos aqui sabem, está sendo invadido, está sendo diariamente destruído, toda mata nativa. E se o Córrego Limpo, se a Sabesp intervisse com o programa nesse córrego, já teria, primeiro, teria evitado a invasão. Teria evitado a invasão. Porque eu tenho aqui, nas minhas mãos, um documento protocolado desde 2008. E se a gente vasculhar um pouquinho mais, nós temos documentos desde 2005, pedindo a limpeza do Córrego do Onça. Então, a primeira pergunta é se está em atividade ou não o Programa Córrego Limpo? Segunda pergunta: em seguida, por que não foi aplicado o Programa Córrego Limpo no Córrego do Onça? O senhor vai responder agora? Depois eu faço aqui algumas considerações finais, alguns pedidos, e o que for preciso.

Jairo Tardelli Filho: Então, como eu comentei com vocês, o programa está ativo sim. É um item de contrato, nós estamos mobilizados aí com a Sabesp trabalhando. Colocamos essas prioridades aí que a gente tem até 2014, e especificamente no caso aí, do Córrego do Onça... Desculpe, seu nome?

Eugênio: Eugênio.

Jairo Tardelli Filho: Eugênio. Precisamos ver aí se, é aquilo que eu comentei. Se já tem a infraestrutura instalada em um coletor-tronco aí. Se tiver, aí é possível a gente fazer, tentar trabalhar na bacia toda. Se não tiver, nós temos que esperar o cronograma. Está alinhado ao programa Tietê, quando ele instalar aquele... então especificamente, precisamos observar o que está acontecendo nessa área aí.

Eugênio: Então, no Córrego do Onça não tem. O senhor Quintino, o Conselheiro Quintino está lembrando que no Parque Linear tem. Tem o coletor. Só que ainda está sendo despejado todo o esgoto no CDHU do Parque Vitória, no córrego do Parque Linear. Córrego Canivete. E então, existe um total abandono para esses córregos. Tanto o córrego do Parque Linear do Canivete, que é o córrego do Canivete, Bananal, assim como o córrego do Onça que é dentro do Parque. Então é essa a questão. Agora, eu vou fazer um adendo aqui, que foi o seguinte: nós pensávamos que iríamos ter mais tempo no início, para fazer uma explanação maior referente ao Córrego do Onça, que é dentro do Parque Municipal da Brasilândia. Porque nós iríamos pedir, ratificar o nosso pedido que foi enviado por e-mail para todos os conselheiros, para que tomassem uma atitude, tomasse uma posição, um por um dos Conselheiros, desse uma posição, ou aqui em conjunto, entrasse em votação, para que esse CADES municipal tomasse uma posição referente à invasão. Porque é uma área grande, é uma área nativa, remanescente da Serra da Cantareira, e a gente não viu, agora, nenhuma posição oficial do CADES Municipal da Brasilândia. Então, existem assim, comentários, de: *"ah, mas São Paulo toda está sendo invadida."* Mas ali é um Parque Municipal. É um projeto de Parque Municipal praticamente e totalmente votado, então, não é justo, esse CADES, que tem como atribuição, a defesa do meio ambiente, permanecer fora dessa briga. Então nós vimos aqui, solicitar, mais uma vez, que os senhores, por gentileza, cada um, como conselheiro, volte para casa hoje ou já com uma proposta apresentada aqui, nesta data, ou volte com a consciência: *"puxa vida, eu vou fazer, ou eu não fiz nada..."* referente ao Parque Municipal da Brasilândia, e é para São Paulo toda. Então, só a última pergunta, para o... . Eu não peguei o nome do representante da Sabesp.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Engenheiro Jairo.

Eugênio: Senhor Engenheiro Jairo, é essa nossa solicitação aqui. Para quem nós devemos ratificar esse nosso pedido?

Jairo Tardelli Filho: Eugênio, eu vou fazer o seguinte: se você puder me passar esse arquivo, até para a gente poder localizar mesmo. Porque aí eu vou ter que interagir com a nossa área na região norte, que assim de cabeça, eu não sei. E aí, a gente pode dar uma resposta mais precisa.



Eugênio: Sim, senhor.

Jairo Tardelli Filho: Então se você me passar, eu poderia copiar aí os seus... O seu slide... E aí a gente dá uma resposta melhor.

Oradora não identificada: Presidente, posso fazer um adendo?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só um segundo, por gentileza. O engenheiro Jairo está solicitando as imagens que você tem, para que ele possa levar, como o Córrego Limpo. E só lembrando o seguinte, mais uma vez... .

Eugênio: Também à disposição, as imagens e filmagem.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só lembrando o seguinte. O senhor colocou como Parque, ele ainda não é um parque. Ontem eu tive o prazer de receber o senhor Quintino e o senhor na minha sala, na Secretaria. Recebi a documentação que o senhor me passou. Fui atrás. Ainda não foi dada a posse à prefeitura. Então esse assunto do que está acontecendo da invasão, todos nós sabemos. O assunto aqui, que não é objeto dessa reunião, porque já foi feita uma explanação pela doutora Maria Rosa, que está presente, do DEPLAN, na outra reunião. Então, aqui, é só sobre o Córrego Limpo. Foi a solicitação dos senhores. Só a solicitação dos senhores.

Eugênio: A informação jurídica que nós temos é que o parque é, provisoriamente, da prefeitura, conforme despacho.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu não vou debater isso com o senhor agora, mas eu trouxe antes da reunião, conforme eu prometi... .

Eugênio: Sim, senhor. O parque é da prefeitura, a responsabilidade é da prefeitura. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza. Por gentileza. Ontem, quando eu conversei com os senhores na minha sala, sobre os outros assuntos que vocês pediram que já tinha sido debatido aqui, fiquei de dar uma resposta hoje, que dei na hora que os senhores chegaram, que não é pertinente à reunião, e que este assunto, esse processo, a última movimentação foi no dia 10/6, ele está no cartório da 8ª Vara da Fazenda pública, e ainda não tem o despacho do juiz dando a posse à prefeitura. Foi dado, foi cassado, e ainda não foi. Oficialmente não é um parque, e não é da prefeitura. Então, não é matéria de nós discutirmos e colocar em votação. É o entendimento do senhor, mas é o entendimento legal, o que eu tenho de instrumento oficial. Por gentileza, senhor Abel, com a palavra.

Cons. Abel: Jairo, eu sou Conselheiro do Comitê de Bacia do Alto Tietê. A parceria com a SOS continua essa parceria ainda, até hoje?

Jairo Tardelli Filho: Com a Mata Atlântica, sim. Está no escopo do projeto, na terceira etapa do Tietê. Eles começaram agora, o trabalho, novamente. Vamos fazer todas essas avaliações, e evolução da mancha de poluição, e também de ajudar a gente na questão do monitoramento.

Cons. Abel: Como no Comitê de Bacias do Alto Tietê, que a gente faz parte, (incompreensível) tem assento como Conselheiro se discute muito que a SOS não cumpriu com o papel dela, que tinha, com relação, a Sabesp contratou e ela não cumpriu. Queria saber se isso é uma realidade.

Jairo Tardelli Filho: Então, aí eu não tenho elementos para responder. Porque esse contrato é recente, e passou agora para a nossa diretoria. Não era da nossa diretoria. Era só de acompanhamento da mancha. E agora a gente está ampliando o escopo para poder incorporar



esses outros aspectos que a gente estava levantando aí, de envolver a população, monitorar córregos, tal. Então, eu não tenho conhecimento aí, da etapa anterior desse trabalho.

Cons. Abel: Está bom. Obrigado.

Cons. Marta: Doutor Damasceno, da mesma forma que eu fiz o pedido do repasse aos CADES das 31 subprefeituras sobre a poda de árvores e a lei. Antes de eu ser do Conselho, do CADES, representando a ABES Engenharia, eu sou uma técnica da Sabesp. E enquanto conselheira, eu sempre respeitei essa posição aqui. Vários colegas eu já chamei à parte, quando levanta algum problema, e eu levo o problema para a Sabesp. Porém, hoje é um dia mais do que especial para mim, porque nós temos aqui um técnico da empresa fazendo essa apresentação. A Sabesp, ela tem essa parceria e eu não poderia falar dela nas intervenções anteriores do senhor Quintino, e também nas intervenções do senhor Ivo. Duas questões sempre foram questionadas e levantadas, Jairo. O Rio Verde que você mencionou ali, e o do Córrego do Onça. É difícil até ficar calado quando a gente vê as coisas serem batidas. Mas da mesma forma que eu pedi para levar o assunto das podas à sociedade, aos CADES locais, eu peço também que seja levado aos CADES locais, a apresentação do Córrego Limpo. Da mesma forma que o Jairo fez aqui. Claro que eu sei que as unidades de negócio têm lá o coordenador do Córrego Limpo e que vai fazer perfeitamente esse trabalho, e mostrar, socializar a todos essa dúvida: o que foi feito, o que é, o que está planejado e o que vai ser feito. O Jairo brincou que poderia ter alguma foto minha ali, e está aqui o doutor Milton Persolli que brilhantemente, na época que eu também coordenava o Programa de Participação Comunitária na Sabesp, na zona leste, participou dos trabalhos lá, da bacia do Cruzeiro do Sul. É um trabalho que ele tem que ser conjunto. E muito grande. E perene. Ele não acaba simplesmente, no momento que retira o esgoto, ele vai ter que ter... O Evando até, questionou aqui, viu, Jairo. Por que você não colocou lá embaixo, sem educação? Porque lá está sem os três pilares. Eu falei: *“Não, talvez teria que colocar com educação.”* Então, mas aproveitando esse momento que vem à casa onde eu estou, quando tiver alguma demanda que for da Sabesp e eu puder ajudar, eu estou aberta, fora aqui da mesa, para poder levar as demandas. Como eu já levei do senhor Ivo, do senhor Ângelo, do colega Abel também. Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Antes do senhor Antônio. Tudo bem, dona Marta, como a Sabesp, a gente não faz ingerência em área que não é nossa, eu vou fazer a sua solicitação, vou encaminhar através do Jairo, para que possa, dentro do cronograma, no cronograma deles, fazer essa apresentação nas subprefeituras. Está bom? Mas já está acatado.

Orador não identificado: Só um aparte.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não.

Orador não identificado: Ela trabalha com a sociedade civil. Ela recebe, ela cobra. Então ela tem a obrigação... A Sabesp tem obrigação de dar satisfação à população.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu sei, mas o que o senhor tem que ver é o seguinte: o senhor é Conselheiro do CADES, nós estamos no CADES. Eu vou levar o pedido. Acatei, vou levar o pedido, mas não posso falar: *“olha, o senhor vai lá e vai fazer em todas.”* A Sabesp, é lógico que vai atender gentilmente, como atendeu o nosso pedido, a nossa solicitação, a pedido do senhor Quintino. Por gentileza.

Jairo Tardelli Filho: Só complementando. Desculpe aí, na ordem. Mas eu tenho absoluta certeza que ao passar isso para as nossas cinco unidades de negócio, porque nós dividimos aqui, a atuação da região metropolitana, em cinco áreas. E eu acho que dentro dessa combinação aí, com os CADES regionais, as próprias unidades poderão fazer essa apresentação, e discutir com a comunidade com muitos mais detalhes do que eu estou aqui discutindo. Porque às vezes, chega uma questão muito pontual, e eu não sei responder. Porque eu estou trabalhando em uma área



mais centralizada. E lá, eles vão ter condições de responder com muito mais propriedade e agilidade.

Cons. Abel: Eu só ia fazer uma pergunta. Na outra não deu. É rapidinho. Eu só queria. Se você puder, quem está pedindo aqui é a AVEPEMA, mas pode ser o Conselho. Como é que está a atual posição da SOS fazendo a qualidade de água, pesquisando a qualidade, seria importante para nós, dos córregos.

Jairo Tardelli Filho: Não, então o trabalho está começando agora. E eu acho que ele vai ser público e...

Cons. Abel: Mas isso aí é antigo, esse parecer.

Jairo Tardelli Filho: Não, não. Mas então, eu estou dizendo... é que eu não... Esse atual, eu tenho alguma... Mas a outra, a gente precisaria ver conversar com o nosso pessoal lá, que estava, na época, coordenando isso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Senhor Antônio, por gentileza. Ângelo.

Cons. Ângelo Iervolino: Ângelo Iervolino. Sociedade Ambientalista Leste. Primeiramente, queria parabenizar o engenheiro Jairo pela apresentação. E estranhei quando ele mencionou os córregos da leste que estavam com o programa do Córrego Limpo, não apareceu o córrego, o rio Sipoaba, que inicialmente estava. Eu sei que no momento, isso parece estar parado. Não sei se o Parque Linear está parado por causa do córrego, ou o Programa Córrego Limpo está parado por causa do Parque Linear. Se por acaso, o senhor não tiver a resposta agora, poderia depois, enviar. E como a Marta falou, nós, na leste, somos parceiros há muito tempo da Sabesp, e queremos continuar esses bons contatos que nós temos. Obrigado.

Jairo Tardelli Filho: Eu até, acho que Sipoaba estava no Programa. Eu acredito que tenha sido concluída pelo menos a parte do esgotamento. Eu não me lembro, agora, Gilmar. É um afluente do Aricanduva. Está despoluído. Não está inteiro, ainda. Mas ele já tem uma parte despoluída. Ele está no programa.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Ana Cristina, por gentileza.

Cons. Ana Cristina: Bom dia a todas e a todos. Gostaria de colocar, primeiro, que eu estou muito satisfeita de estar fazendo parte desse processo aqui do CADES, de poder contribuir com a cidade. Bom, colocando... Engenheiro Jairo, você colocou muitas vezes, em relação à questão da educação. Educação ambiental. Como esse processo está sendo tratado dentro da Sabesp? Se você pode falar, se você tem esse acesso e pode comentar aqui conosco. Porque se nós continuamos tendo vários problemas, córregos estão assoreados, os rios também. Então, é um processo que envolve como você mesmo colocou o estado, a prefeitura, a sociedade civil, a população. Então, como nós podemos auxiliar, como é que a gente pode trabalhar junto nesse novo encaminhamento? O que a gente pode fazer aqui dentro do CADES junto à sociedade, para que realmente tenha efetividade esse programa do Córrego Limpo. Porque senão, você vai ter um cronograma que vai ser continuamente... Você vai continuar fazendo a manutenção, como você mesmo colocou, a essa operação, e repetindo, repetindo, como a gente pode trabalhar junto, dentro da educação? Porque tudo envolve educação. Pelo menos, na minha leitura. E esse acesso a essa informação. Porque, as pessoas, não é porque fazem as coisas proposital. É inconsciente, na maioria das vezes. Até os gestores públicos também. A gente vê muita coisa errada por aí. Mas não quer dizer que tenha consciência. Mas a gente pode mudar. Isso é uma pergunta.

Jairo Tardelli Filho: Posso responder? Acho que a primeira coisa que, a meu ver, as pessoas passarem a ter consciência do local. Quer dizer, todos nós sabemos que cidade que nós moramos,



que bairro que nós moramos. A gente poderia também saber que bacia nós moramos. Eu acho que se começarmos a entender isso, a bacia que nós moramos, e as repercussões que vão acontecer, até onde as ações que vão acontecer, e o que vai acontecer no córrego, já seria um grande caminho. Hoje com Google, interações possíveis aí, de a gente fazer de uma participação dinâmica aí, da população, se tiver esse conhecimento da bacia, e depois aí, tem que contar, quer dizer, a Sabesp sozinha, é impossível. Ela sozinha não tem condições. Aí tem que interagir com prefeitura, ONG, CETESB, Secretaria do Meio Ambiente, Verde. Aí está todo mundo com esse propósito. Mas acho que o primeiro passo é esse sentimento de local, de região, de área, que é de bacia. Se não entendermos também não vai adiantar. Porque o cara não está vendo o córrego. Não estou vendo, não sei o quê. Então é importante... Seria o primeiro passo no meu ver.

Cons. Fátima Cristina: Sim. Só tenho duas colocações a mais: tanto a prefeitura, nós não temos um plano municipal de educação ambiental, como o estado também tem um problema com isso. Então, como a gente pode tratar isso, essa questão ser inserida e que todos os atores sejam envolvidos? E a Sabesp participando. Então a colocação: qual é essa educação ambiental que você está colocando, que a Sabesp também está praticando? E a outra questão é em relação ao processo que você estava falando, do Córrego Limpo. Como funciona essa fiscalização?

Jairo Tardelli Filho: Bom, o como a gente pode potencializar essa ação ambiental? Que hoje existe educação ambiental nas escolas, ONGs que fazem, quer dizer, eu acho que o que precisa ser colocado é essa visão que eu estava comentando, desse sistema que interage dentro de uma bacia. Como é que a gente pode fazer isso, integrar Secretarias. A Sabesp, ela é uma formiguinha nesse formigueiro, aí. Porque a abrangência é muito grande. E ter uma coisa bem dedicada, especializada, para que faça chegar essa mensagem a todos. Tanto o pessoal de classe. Porque parece que há um sentimento que só pobre que suja. Não. Aqui no Brasil é um problema cultural. Não é social. A sujeira que nós vemos na cidade é cultural. De carros luxuosos voa lixo. Você está andando na rua, é um perigo. Lata, então, como é que faz isso, quer dizer, a forma de você atuar em uma bacia com classe média alta, provavelmente é diferente de uma outra forma, em uma bacia com pessoal mais pobre. Então, não sei. Eu não sou especialista em educação, eu sou engenheiro. Mas eu acho muito importante. Eu gostaria muito que isso fosse trabalhado, realmente, de uma forma com essa visão. Dessa integração dentro de uma bacia urbana.

Cons. Fernando: Bom dia. Meu nome é Fernando. Eu trabalho na SPTrans. Sou superintendente de obras, Secretaria Municipal de Transportes. Em primeiro lugar, eu queria parabenizar a apresentação. Muito boa. E na época em que foi lançado o programa Córrego Limpo, eu era coordenador de obras da subprefeitura de M'Boi Mirim, que é uma das subprefeituras que eram assim, prioritária nesse programa. E participei bastante. Queria também lembrar ao professor Antônio Arnaldo, saudoso. Eu gostaria de perguntar qual é a previsão de investimento global. Tanto da parte da Sabesp quanto da parte da prefeitura no Programa Córrego Limpo. Pelo que foi demonstrado, R\$ 100 milhões já foram investidos pela Sabesp e R\$ 340 milhões pela prefeitura. Ou seja, R\$ 340 milhões foram investidos em obras de montante, e R\$ 100 milhões em obras de jusante. Isso deveria ser ao contrário. Pela lógica da engenharia, pelo menos. Que eu sou engenheiro. Então eu gostaria de saber qual é a proporção de investimento da Sabesp e da prefeitura, e como é que está esse plano de investimentos? Até porque a Sabesp é uma empresa de capital aberto. Ela tem que prestar contas dos investimentos dela, e se está cumprindo essa meta de investimentos. E enfim, em termos globais é isso. Eu gostaria de entender a lógica de porquê a prefeitura investiu 3 vezes mais do que a Sabesp em um programa que deveria ser executado de jusante para montante. E não ao contrário. Obrigado.

Jairo Tardelli Filho: A lógica é se for despoluindo de montante para jusante, você já vai tendo resultados. Ao contrário da drenagem. Então aqui, o resultado você já vai percebendo se você fizer de montante para jusante, a questão da despoluição. O Programa, como eu falei, o Programa Córrego Limpo, ele está dentro de um programa investimentos que está contratualizado. Dentro do programa de investimentos, nós temos ações estruturais, renovação de ativos, muitas das nossas



infraestruturas já estão necessitando reposição. Estão velhas. Então, tudo isso está dentro do programa de investimentos que inclusive, no comitê gestor, existe um comitê gestor do Programa de Contrato de São Paulo, que se reúne mensalmente, e nós estamos, neste momento, fechando o plano 2013, 2014, que vai ser aprovado pelo Comitê Gestor. Nós fizemos um grande plano com horizonte de 30 anos. Lógico que quando você trabalha com o horizonte tão grande, a incerteza é maior. E agora a gente vai detalhando de dois em dois anos. Então nós estamos fechando isso. Na próxima reunião em julho, nós vamos ter que fechar isso. Está uma média de R\$ 20 milhões, para a Sabesp. Agora, a prefeitura, quando ela coloca o valor dela, é porque é uma questão que envolve reurbanização, remoção, então acaba ficando uma coisa muito grande. Agora, o investimento da Sabesp, normalmente se a gente coloca como investimento, aí existe uma questão contábil. A operação, a gente acaba não apurando. Então ela está colocando só o custo daquelas pequenas obras. Dos prolongamentos, das conexões, das interligações. Mas a nossa operação não está como investimento, como entra como despesa, quer dizer, nós temos também, um gasto. Da mesma forma que a prefeitura tem a questão da zeladoria dela também, que não é computado. Então, em média, nós estamos gastando na média de R\$ 20 milhões, R\$ 15 a R\$ 20 milhões com os córregos priorizados.

Cons. Fernando: 20 bilhões?

Jairo Tardelli Filho: Milhões.

Cons. Fernando: Milhões?

Jairo Tardelli Filho: Por ano.

Cons. Fernando: Ah, por ano? Não, não. Só para esclarecer que você mesmo falou que sem as obras dos coletores troncos, e sem as obras de estações de tratamento, boa parte da despoluição que você faz a montante, ela fica perdida, porque você acaba lançando de volta o esgoto. É só isso que eu quis dizer que com relação a jusante e a montante.

Jairo Tardelli Filho: Não. Nós temos um caso... Desculpe. Eu optei por responder, gente, para complementar. Nós temos um caso emblemático também. Quer dizer, a falta dessa infraestrutura, o que acarretou? É uma coisa assim... nós conseguimos um resultado no Córrego Carajás, que passa ali no Parque da Juventude. Então, foi feito todo um trabalho ali. Só que teve um problema na obra do interceptor, que tem uma lacuna aí. Tem um pedaço que ainda está sendo construído. Então, eu despoluo todo o córrego, está limpo. Só que a hora que eu pego o esgoto todo, eu jogo depois, de volta no Tietê. Porque está faltando um pedaço do interceptor, ali. Então isso (incompreensível). Agora, se eu quiser despoluir, isso que eu estava comentando com o pessoal aí de Brasilândia. Eu tenho que ter a infraestrutura instalada. Porque senão vai... Agora, no Carajás, o resultado, ele era para toda a bacia, mesmo que, infelizmente, o esgoto que nós coletamos, no fim, eu jogo no Tietê outra vez.

Orador não identificado: Engenheiro Jairo, podia... O senhor fez uma colocação bem interessante. Porque eu venho trabalhando com a Marta Amélia a questão de esgoto. A gente já caminhou muita lama aí pela cidade, pela Leste de São Paulo, não é Marta? E eu tenho na Sabesp uma parceira. Porque toda solicitação minha é feita através da Marta, direto com os engenheiros, e o atendimento é pronto. Isso eu agradeço. Agora, é curioso que a questão envolve muito mais coisas do que se imagina. Por quê? A questão do ecoponto é uma. Que está preso em uma câmara, ou no zoneamento, que é aquele facilitador para que o sofá não vá para dentro do córrego. Quer dizer, são ferramentas de mitigação, no mínimo. Quer dizer, é uma coisa que uma está amarrada na outra. E como a gente pode construir uma situação confortável para a nossa cidade? Porque tem um... Desculpe eu falar a verdade, porque tem que ser dita. A Sabesp, ela é uma criança. O meu bairro tem um ano a mais que a Sabesp, tem 41 anos. Eu falo porque em 73, por aí, que ela foi inaugurada, tratamento aqui de Pinheiros. Isso eu acompanhei. Que eu fui



convidado a trabalhar lá. E enfim, a minha pergunta vem dentro de um contexto. O Córrego Guaiaúna, que a Marta esteve comigo lá há uns 7 anos, na zona leste, Jardim Bandeirantes, São Paulo, capital, foi iniciado um trabalho de Córrego Limpo. Mas como sempre a gente encontra isso lá em Itajuípe, no Itaim, eu represento aqui, uma Câmara regional de associações. Associações é o povo. Então, as demandas vêm. São 72 apenas, que a gente representa fora a CONSABESP, que é o estado. Que a gente também é diretor lá. Então as questões reais, não a imagem, a realidade, nós convivemos com ela dentro da favela... Eu estou falando de Itajuípe, que lá tem um Parque Linear que está truncado, por quê? A Marta trabalhou lá muitos anos. Um trabalho da questão de ajuste, com relação a saneamento, e a questão da água, que até agora ele estão discutindo, e vocês não podem e nem devem colocar. Porque senão é dar um carimbo de... Porém, está sendo discutido em um formato novo, para eles assumirem a área. Está fugindo da foto, mas deixa eu voltar. Então são questões que a gente vem participando há muito tempo. Agora, no Guaiaúna, começaram um trabalho Córrego Limpo. A época que eu e a Marta fomos lá, como engenheiros, o esgoto corria pela rua. Pela rua, corria o esgoto. Então foi feito um trabalho através da Marta, adequado para que fosse para o córrego, ao menos. A parte de baixo, que é a parte que está mais sensível, está tendo assoreamento, tem uma área imensa da prefeitura, que foi feita, inclusive, um ecoponto agora, inaugurado há 15 dias, que a gente até discutiu isso, em reunião no CADES, de CADES. O que acontece? A parte mais sensível está parada. Por quê? Que está mais sensível. Exatamente porque tem que retirar alguns moradores. Na parte de cima, truncou a obra. Aquela velha história que existe. Quando entra em um curso, todo córrego tem alguma invasão. Tem a favelização. Que gera aquela questão: até ir a justiça, até chegar em um ponto que se tome uma providência, é anos. Aí entra um vereador, e segura aquele BO daquele pessoal tentando ganhar o voto... Perdão, mas é verdade. Eu acompanho muito isso. E aí fica mais cinco anos com aquilo amarrado ali. E o desenvolvimento que a gente pensa para a cidade não acontece. Para liberar o córrego, para que se avance. Então, eu só queria registrar, eu só queria que o senhor colocasse... Eu queria uma resposta sobre esse córrego, que é o Córrego Guaiaúna, Vila Bandeirantes, Itaquera. Porque o pessoal da parte de baixo, todo mundo se readequou com a Sabesp, fazendo as ligações regulares, que antes eram para o córrego. As casas que são, todas, normais, fora a favelização, se adequaram. Só que eles estão sofrendo assoreamento. É um monte de problema lá, e era necessária uma atuação de vocês. Obrigado.

Jairo Tardelli Filho: Eu tenho muita dificuldade de responder assim, de bate - pronto, aqui, questões pontuais. Eu precisaria que você me passasse... Eu entro em contato com o pessoal nosso lá, que atua na área, e aí a gente dá uma resposta um pouco melhor para você. Eu queria só lembrar, gente, nós temos 20 mil km de rede coletora, só aqui no município de São Paulo. É daqui a Tóquio. É o que existe hoje, mais o que a gente ainda vai construir.

Cons. Beatriz: Bom dia. Primeiro, eu gostaria de parabenizar o pessoal da Brasilândia, porque realmente é um exemplo de educação ambiental, de se preocupar pelo bairro, que realmente eu vi essa apresentação de vocês, e o córrego bastante limpo, se comparamos com o resto da cidade. E a pergunta que eu queria fazer para o senhor é isso: o exemplo do Córrego de Pirajussara. Pirajussara tem tido um tremendo investimento, e continua sendo o córrego mais poluído da cidade. Em todos os sentidos. Desde o início, lá no Campo Limpo, no Capão Redondo, que fizeram aquela canalização, que não é limpa. Continua para o lado do Butantã, canalizado na Eliseu de Almeida. O fedor que sai canalizado de Eliseu de Almeida é insuportável. E continua em frente, sem solução nenhuma. Ou seja, com um monte de soluções, com um monte de investimentos, mas sem resultado. Por que não tem resultado? Obrigada.

Jairo Tardelli Filho: O Córrego Pirajussara é um córrego grande, intermunicipal, ele pega Taboão, Embu. É uma região complexa, muitas favelas a montante, e nós temos todo um planejamento da bacia do rio Pinheiros, onde o Córrego Pirajussara se insere. E ali, nós temos aí a previsão de após a quarta etapa do Projeto Tietê. Quer dizer, é da ordem de 2018. Vão sobrar ainda, como eu falei para vocês, não dá para resolver tudo até 2018, 2019. Vão sobrar ainda, algumas áreas que vão ainda sofrer, dentro do cronograma da SEHAB, algumas intervenções para reurbanização.



Mas aí, o resultado vai melhorar muito. Quer dizer, nós já estamos trabalhando a bacia do Pirajussara, mas ainda têm muita obra de infraestrutura, ainda, sendo instalada. Então o Córrego Limpo ainda conseguiu só em algumas sub-bacias, então ainda não está aparecendo resultado, ainda, não. Ainda precisamos esperar mais um pouquinho e terminar as obras, e aí a gente começa a atuar mais. Mas a previsão para dar um resultado é da ordem de 2018, 2019.

Cons. Vera Allegro: Bom, bom dia. Vera Allegro, da Secretaria Municipal de Saúde. Eu queria parabenizar pelo trabalho. Agora, eu gostaria de ter um esclarecimento que para mim não ficou muito bem feito na apresentação. Com relação aos critérios de priorização de áreas e de quais os recortes de córregos que são escolhidos, você colocou a questão da discussão com a SEHAB, e a questão dos coletores. Agora, existiu alguma discussão a nível local, com as populações para que elas ajudassem nessa priorização depois de tirado todo esse recorte técnico? Gostaria de saber se isso existiu. Porque a gente sabe que há uma maior ou menor adesão da população às ações de política pública se ela é participativa ou não. Inclusive, com relação à parte de educação ambiental efetuada pela Sabesp. De que maneira isso foi feito e foi trabalhado nessas populações para que pudesse ter um impacto maior. Porque eu sei que foi feito algum tipo de trabalho, para que tentasse haver a adesão da população. Em algumas foram um sucesso, em outras não. Por isso essa minha pergunta. E em termos de critérios técnicos, que outros critérios técnicos vocês utilizaram também, além do coletor, e das obras da SEHAB? Obrigada.

Jairo Tardelli Filho: O primeiro que foi assim, colocado na mesa, todos os córregos que, além de ter infraestrutura instalada passassem por parques públicos. Então Sapateiro, Ibirapuera, Pedra Azul, na Aclimação, Toronto, o próprio Carajás, que passa no Parque da Juventude. Então esse foi um norteador aí, que definiram várias bacias que a gente trabalhou. Que tivesse essa interferência, que propiciasse uma melhor condição para o desfrute aí, de uma área verde, um parque, etc. Então esse foi um critério... E também a gente adotar um trabalho em um córrego que exigia uma intervenção muito grande da prefeitura ou não estava no horizonte, mesmo que às vezes tivesse uma infraestrutura lá, instalada, e alguma coisa, a gente procurou postergar um pouco. Isso, sempre em conjunto com a prefeitura. Não foi feita a consulta assim, à população, vamos ver quais são as prioridades. Não. Isso realmente não. Mas foi um trabalho em conjunto com a prefeitura nesse comitê que a gente tem reunião todos os meses. E a gente sempre está trabalhando com essa necessidade da interação com a prefeitura, porque muitas vezes, aconteceram alguns problemas ainda mais aqui no CADES, de a gente ter o trabalho retardado por conta da remoção de uma árvore também. Isso aconteceu. Para completar um coletor estava faltando e tal. Então, de qualquer forma, os critérios são esses. Temos que ter infraestrutura porque senão nós não conseguimos despoluir. Tem que ter, de preferência, aí, no caso, parques públicos foi uma rodada grande que a gente (incompreensível), e projetos aí, da prefeitura, interesse da prefeitura, parque linear da prefeitura que estava em andamento, e tal. Então sempre a gente está procurando interagir com a prefeitura também, para definir essas prioridades. Que sejam realmente factíveis. Muitos córregos, nós priorizamos em um primeiro momento, e foram abandonados. Não tínhamos condições de atender por conta de vários problemas, tanto nosso quanto da prefeitura. E a gente deixou para um outro futuro. Se vocês pegarem o córrego Ipiranga, ele estava na primeira... em 2007, estava colocado o córrego Ipiranga. A gente estava com intenção de terminar em 2009. Só que a obra do coletor-tronco atrasou muito, só vamos concluir agora, em 2014. Então nós tiramos do programa até concluir a obra, que não saiu no prazo que a gente esperava, e agora voltou para o programa. Então, a parte educativa, nós temos aí, esse trabalho de governança colaborativa, uma metodologia que o SEBRAP trouxe lá para a Sabesp. Nós contratamos a SEBRAP, envolvimento de lideranças, e nós contamos com as nossas equipes de participação comunitária nas nossas unidades de negócio. Vejam bem, é um time pequeno. Não é um time grande. Quer dizer, tem um trabalho... Fizemos alguns aí, em um córrego ali na zona norte. Foi um resultado interessante. Nós, na zona leste também, tivemos resultados interessantes em bacias ainda pequenas. Não muito grandes, ainda. Então por isso que esse trabalho, ele precisa ser ampliado com mais gente. Ter efetivamente, um programa dos governos, das empresas. Então, só a Sabesp



não vai dar, gente. Não é mesmo? Então acho que aí precisaria ter essa consciência aí, de todos, e a gente trabalhar com esse objetivo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, encerradas as questões, eu agradeço mais uma vez ao engenheiro Jairo Tardelli, a presença, muito obrigado em nome da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Temos dois pedidos de inclusão de pauta. Passo a palavra ao Samuel Socchi. E eu solicito a você o seguinte: que você dê a sua mensagem, porque no adiantado da hora... A palavra é sua, Samuel.

Samuel Socchi: Bom dia a todas e todos presentes. Damasceno, obrigado pela oportunidade. Eu gostaria de pedir o apoio na distribuição desse folder que nós trouxemos. É possível? Obrigado. E falar da Quarta Conferência Municipal que exatamente o folder que está sendo distribuído trata. Ele trata então, da Quarta Conferência, que ela está convocada pelo governo municipal, através do decreto 53.924, e que vamos tratar, nessa conferência em data de 30, 31 de agosto, e 1º de setembro, da Quarta Conferência. Mas antes disso, e nós temos várias reuniões preparatórias. Então, o informe importante é que essas etapas preparatórias já começaram, estão em andamento, estão acontecendo nas regiões das 31 subprefeituras. Nós teremos também oficinas temáticas para aprofundar o tema, e que acontecerão dia 31 de julho e 1º de agosto, para culminar então, na conferência em si. Só para voltar na questão do decreto publicado que convoca a conferência, o prefeito ali, ele informa que a Secretaria do Verde e SES tem essa incumbência da coordenação, mas todas as secretarias municipais estão empenhadas nisso, e se nós lembrarmos da última reunião do CADES, o apoio do CADES formando a Comissão Preparatória. Então temos uma comissão preparatória que estão aí sim, e que estão Secretaria Executiva, Comissão Preparatória, Comissão Intersecretarial, e todos estão trabalhando nesse sentido, e tem sido muito bom esse trabalho. A adesão tem sido muito boa. Então, nesse sentido, nós precisamos... O objetivo, nós precisamos de apoio, não só do trabalho, da mão-de-obra, da nossa dedicação para que essa conferência seja um sucesso, mas mais do que isso, nas preparatórias, nós estamos aproveitando para fazer uma reelaboração do plano de gestão integrado dos resíduos sólidos, e há também, a elaboração do plano das coletas seletivas. Então, é importante a participação de todos nós mas também nesse chamamento para a população participar. Porque ela bem sabe, regionalmente, quais são os problemas, e consegue nos indicar, nos apontar também, possíveis soluções.

Orador não identificado: Eu queria um aparte.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não. Pode perguntar.

Orador não identificado: A colega aqui está...

Nina: Eu faço parte da Comissão do Conselho Executivo da conferência, que várias pessoas fazem parte. E para complementar aqui...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Primeiro se identifique, por gentileza.

Nina: Desculpe. Meu nome é Nina. Eu sou também, ex-conselheira do CADES. Eu gostaria então, de ressaltar alguns aspectos. Primeiro, lembrando que todos os Conselheiros do CADES são delegados natos. Isso eu acho que tem que ficar bem claro para todo o mundo, que todos já estão convocados para esta conferência, dia 30, 31 e 1º de setembro como o Samuel bem lembrou. Essa conferência é muito importante para dar um salto qualitativo na gestão integrada de resíduos. E ela inovou, porque ela está tendo oportunidade para delegados serem eleitos regionalmente. Primeira vez que a gente está conseguindo isso. Para não ser só uma conferência, com um pensamento único, que todos os delegados, mais ou menos, pensam da mesma maneira. É a oportunidade que todos os delegados sejam eleitos por subprefeituras. Portanto, a gente precisa ter orgulho disso e também o envolvimento dos Conselheiros para divulgar isso. E também esse assunto, ele, se bem



conduzido, com participação da sociedade, teremos a minimização dos problemas apresentados aqui pelo colega Jairo, especialmente, que todos nós sabemos que uma grande parte desses resíduos, a gestão, não conseguindo ser feita de forma participativa, que é o que ele também falou, isso que é importante também. Bom, aproveitando o tema, e aí nós, da Comissão Executiva estamos aqui solicitando, queremos registrar a solicitação do apoio do FEMA na Conferência Geral. Porque a gente precisa de uma conferência bem feita, gente. Porque afinal de contas, é a nossa cara que nós estamos para falar como que a gente quer a mudança socioambiental. É uma conferência de meio ambiente, porém a temática é resíduos. Então, nós fizemos uma estimativa de custo, por volta de R\$ 400 mil, sairá, porque a conferência vai abranger a cidade toda. São os Conselheiros de toda a cidade, são mais de 800 conselheiros. Nós fizemos uma estimativa. Então queremos registrar a solicitação. A gente já conversou rapidamente com o Secretário, os dois secretários que estão envolvidos nessa conferência. Então, a solicitação de autorização do uso do recurso do FEMA para estruturar, e eu também gostaria de saber como que a gente consegue viabilizar isso mais ou menos rapidamente, porque temos que contratar alimento. O alimento tem que ser também, de forma que o resíduo não seja qualquer um. Pensar em um sistema bem montado, para que essa conferência tenha sucesso. Uma questão que foi levantada aqui, pela Marta e vários conselheiros, a gente está trazendo a temática da compostagem para essa questão dos resíduos, a temática da horta. Aproveito dizer que nós trouxemos uma carta também, pelo grupo das hortas, para solicitar para que o FEMA inclua a questão das hortas na sua temática para esse ano, e que isso seja, todos esses assuntos, por último, para finalizar, todos esses assuntos, gente, aqui discutidos, que sejam efetivamente levados para os CADES regionais. Está aqui a Vanessa, a gente participa do CADES da Vila Mariana. A gente percebe que os CADES regionais ficam à deriva. Eles não ficam conhecendo os representantes dos CADES, aqui regionais, eles não... eles não dão retorno para os CADES regionais. Até a gente gostaria de convidar a diretora do CADES para estar presente, para levar essas informações, ou pensar junto como que isso poderia... Esse assunto todo, como foi falado aqui, até a Marta disse, não adianta esse assunto que a Sabesp trouxe não ser levado para as discussões regionais com a comunidade que está mais afeta e que mais pode ajudar a resolver esse problema. Por isso que esses conselheiros eleitos para a Conferência a gente precisa ter esse recorte, o apoio e a integração desse CADES com os conselheiros regionais. Esse sábado teremos quatro encontros já, para eleger. Lembrar que essas reuniões regionais, essas etapas preparatórias, elas elegem delegados. E são feitas no mesmo dia que a discussão do PDE nas subprefeituras. Portanto, os conselheiros aqui presentes que são das regiões, ou que conhecem pessoas das regiões, incentivem para que as pessoas venham nessas conferências. É um pouco cansativo, porque as pessoas já estão discutindo PDE e ainda vão participar dessa etapa preparatória. Mas até agora, nós tivemos sucesso. Conseguimos eleger os delegados, e solicitando então, duas questões: o envolvimento do CADES nas etapas preparatórias, e a autorização do recurso do FEMA para que a gente possa fazer uma boa conferência da cidade, aí nós iremos, então, depois conversar com quem puder orientar a gente como que a gente pode fazer isso? Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só que o CADES já está se envolvendo. Já está agendando, inclusive, as duas técnicas nossas agora estão em duas subprefeituras. E estão fazendo exatamente isso que a senhora está solicitando. Quanto ao FEMA, eu estou à disposição na Secretaria. Só ir lá. Vamos conversar, vamos ver do que se trata, vamos ver o orçamento, porque a senhora sabe que o FEMA tem que ter um projeto. Então eu estou às ordens lá. A hora que vocês quiserem, podem ir. Já está anotado, está bom? Eu, inclusive, já tinha conversado outro dia com o Samuel na prefeitura, no gabinete do prefeito, e nós estamos fazendo ação conjunta das duas Secretarias, AMLURB e justamente para ajudar e fazer um evento de tamanho de São Paulo.

Orador não identificado: Eu só queria fazer uma colocação. Também estou na Executiva, e acho importante que a Nina, nós temos um valor específico. Foi dentro do contexto do que a Secretaria poderia atender. Porque eu não sei se isso vai caber uma votação aqui, alguma coisa assim, para fortalecer a ação.



Secretário Ricardo Teixeira: Aqui, agora, no momento...

Orador não identificado: Porque a preocupação nossa é o envolvimento da Secretaria do Verde, porque na realidade, a pertinência era desde que falei antes de vim o decreto, que a ação é ótima ação conjunta. Mas principalmente acho que está tendo da questão do Verde. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Foi o que eu acabei de solicitar. Um orçamento, e pus a Secretaria à disposição para discutir. Obrigado.

(fala sem microfone)

Fátima Cristina Palmieri: Ah, e tem quatro. O Jairo está lembrando. Jabaquara, Cidade Ademar, Santo Amaro, e Vila Mariana, é nesse sábado, às 15h00.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Está bom. Obrigado.

Fátima Cristina Palmieri: Bom, eu gostaria de dizer que eu endosso as palavras da Nina, e também do companheiro, das secretarias, e salientar o seguinte: é muito importante essa participação. Nós não vamos fazer nenhuma mudança em relação ao resíduo, que capilariza, e permeia, e transversaliza demais assuntos. Então, a importância da gente participar é imprescindível. É prioridade. Colocar também que parabeno o envolvimento das Secretarias. E que a gente está caminhando... Eu também estou na Secretaria Executiva com os colegas, e que, como é um processo, em um primeiro momento, eu já participei de várias outras conferências também, de organização, é impor... a gente vai trabalhar cada uma dessas etapas, uma nova questão sempre aparece, dentro do processo, alguma questão diferente das outras. E que a gente tem que ter esse acolhimento. E o envolvimento do terceiro setor. E o envolvimento da população. Então, em todos os processos precisa sair de todo esse processo, a necessidade dos fóruns de discussão da população participar. Em todos os processos. Porque construir junto, se é uma democracia participativa, se a gente quer realmente a eficácia de todo esse processo, nós e a efetividade, nós precisamos envolver todo mundo. Eu venho acompanhando, todo mundo já deve ter recebido aqui do CADES, o convite sobre todas as etapas preparatórias. Se morar no local, vá. Participe. Convide. Vá à padaria. Vá em todos os lugares, convide a população para participar. Nós precisamos. Porque a comunicação, nós estamos vendo que não está presente. Eu tenho participado das três etapas. Participei das três etapas, e vi que ainda a gente precisa trabalhar. A Secretaria de Educação, a Secretaria de Comunicação, para ter maior efetividade. Se a gente não envolver a comunicação nesse processo, nós estamos tendo um trabalho enorme, uma energia enorme, não é que à toa. Mas poderia ter conseguido muito mais. Muito mais. E isso é único. São Paulo vai ser referência aqui para o Brasil. Nós vamos levar isso na Conferência Nacional. Então, a gente precisa participar. E são os desdobramentos, eles vão depender também da nossa participação. Do nosso empenho. Eu estou vendo como eu tenho participado solicitar que a Secretaria do Verde coloque mais pessoas para participar. Porque eles vão depois, trabalhar com todas essas questões. Não é só a de serviço. Que a de serviço tem bastante gente. A AMLURB que eu tenho presenciado a Secretaria também, de coordenação das subprefeituras está bastante envolvida. Mas a Secretaria do Verde ainda precisa de muito mais gente envolvida, porque os desdobramentos vão ser enormes. Os desafios, maior ainda. Então acredito que esse envolvimento, a gente está percebendo conforme vem cada etapa, a necessidade. Isso é natural que aconteça. Não é para entender de uma maneira... É uma maneira que a gente tem que dizer que é construtivo, isso. É positivo. É propositivo. Então a participação é imprescindível. E o primeiro segundo setor está de parabéns, como o terceiro mais ainda, a colaboração. E que sem essa participação e colaboração de trazer as propostas e envolver toda a população nós não vamos ter o resultado que a gente está esperando, porque 2014 já está aí. E a educação ambiental, como bem aqui nós colocamos os assuntos produção, consumo sustentável, redução de impactos ambientais, geração de trabalho, emprego e renda, e educação ambiental, que é o tema. Por isso que eu coloco: sem educação a gente não vai a lugar nenhum.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Respondendo, eu vou citar o seu nome, porque aqui, toda vez que se pede a fala, tem que falar.

Fátima Cristina Palmieri: Desculpe. É a primeira vez. Apesar de eu estar em outros processos, é tão comum a gente conhecer as pessoas. Eu venho sempre assistir. É Fátima Cristina Palmieri, da UGT. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Certo. Só respondendo à senhora, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, inclusive presente aqui, o diretor do DEPAVE, doutor Milton Persolli, doutor Evando Reis, diretor do DEPLAN, a diretora do DGD, dona Cláudia Tonelli, doutora Maria Rosa, do DEPLAN também, a Zezé da UMAPAZ, diretora da UMAPAZ aqui também, que é a parte educacional, estão todos os diretores da secretaria no dia que foi criado a Comissão. Estão todos os diretores à disposição com todas as suas equipes, para esse evento. A população toda vai ser beneficiada com a união das secretarias, e com a equipe de trabalho. E o CADES responsável por manter a parte de informação para todos os seus tentáculos. Está bom?

Fátima Cristina Palmieri: Certo. Eu agradeço, mas eu gostaria de ratificar, para participar, maior participação dentro das equipes de trabalho. Que é muito importante nas reuniões, essa participação.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Justamente o que eu estou falando. Então, todos eles, nesse momento, têm funcionários do CADES, têm funcionários do FEMA, que estão participando de reuniões, e levando essa mensagem que o Samuel trouxe, está bom? O outro pedido de inclusão, o solicitante se retirou, então eu passo agora, a palavra, ao doutor Manoel Victor, Secretário Adjunto para o encerramento da nossa reunião. Perdão. É verdade. O senhor lembrou bem. Inclusão para a próxima... Pode falar, por gentileza.

Cons. Ângelo Iervolino: Ângelo, da SAL, Leste 3. Ontem nós tivemos uma reunião do Conselho Regional de Meio Ambiente, em São Mateus, e é um assunto que a gente vem, há muito tempo, desde o início dessa gestão, inclusive estivemos aqui, já, com o chefe de gabinete, a questão dos parques, principalmente da zona leste. Aqueles parques motivo de compensações ambientais que está naquilo lá: foi entregue, não foi entregue, então, a pedido do conselho, que fosse feita uma atualização da questão dos parques, porque uma hora fala: O parque é da DERSA, já foi entregue, não foi, e está virando caso de polícia o como estão os parques. Com invasão, com linha de ônibus dentro do parque, e tudo isto. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito. Anotado. Mais algum pedido, ou alguma solicitação?

Fátima Cristina Palmieri: Eu queria mais um pedido sim. O retorno da carta em relação às hortas, que foram protocoladas, para a próxima reunião.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: O protocolo tem que ser feito no setor de protocolo da Secretaria do Verde, não aqui, que recebe um TID que é para segurança de vocês, e acompanhamento de vocês.

Fátima Cristina Palmieri: Obrigada.

Orador não identificado: Só dentro do que o Ângelo falou, mas com outro olhar. A questão é que hoje nós temos, devido ao rodoanel, situado ali no Iguatemi, um impacto muito grande de carros, de caminhões. Tanto aqui no Aricanduva... Quer dizer, a nossa região está sofrendo a questão de saúde ambiental, de maneira muito pesada, porque é muito caminhão, gente. É muito, muito, muito. E isso, eu quero saber a contrapartida do DERSA na questão do rodoanel, no plantio de árvores, que está sendo direcionado para onde? Porque nós temos ali, uma imensa ilha de calor



na nossa região. São Mateus... A nossa região, Sapopemba, Itaquera, então a questão do plantio, é... As contrapartidas estão sendo direcionadas para onde? Porque se fala contrapartida, depois manda lá para o fundão, onde não é necessário.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: É outro pedido do senhor, não é complemento, é outro pedido?

Orador não identificado: É outro pedido. Para que a gente tenha uma resposta sobre essa questão. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Está certo. Doutor Manoel Victor.

Secretário Adjunto Manuel Victor: Ou seja, além daquela solicitação feita, é sobre as compensações por conta da DERSA, das obras do rodoanel?

(fala sem microfone)

Secretário Adjunto Manuel Victor: Ok. Então queria agradecer a presença de todos os conselheiros hoje. Eu acho que a reunião foi bastante profícua. E desejar um bom dia a todos. E dar por encerrada a 150ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

Conselheiros presentes:

André Dias Menezes de Almeida	Luiz Fernando Romano Devico
André Luis Gonçalves Pina	Luiz Ferrua
Ângela Maria Branco	Maria Cristina de Oliveira Reali Esposito
Ângelo Iervolino	Maria José de Andrade Filha
Antonio Abel Rocha da Silva	Maria Lucia Tanabe
Beatriz Elvira Fabregues	Marta Amélia de Oliveira Campos
Eduardo Ignácio de Faria	Milton Roberto Persoli
Evando Reis	Quintino José Viana
Fátima Cristina Faria Palmieri	Roberto Paulo Valeriani Ignátios
Fernando Borges Fortes	Samuel de Oliveira
Gilberto Tanos Natalini	Sergio Krichanã Rodrigues
Ivo Carlos Valencio	Vera Lucia Anacleto Cardoso Alegro
Lourdes Elizabeth Ress	

Conselheiros com justificativa de ausência:

George Doi / Marcio Esteves da Silva

Conselheiros suplentes presentes:

José Carlos Andersen / Eliana Sapucaia Rizzini

Coordenador Geral:

Luis Eduardo Peres Damasceno

Secretária Executiva:

Ocleres Harkot

